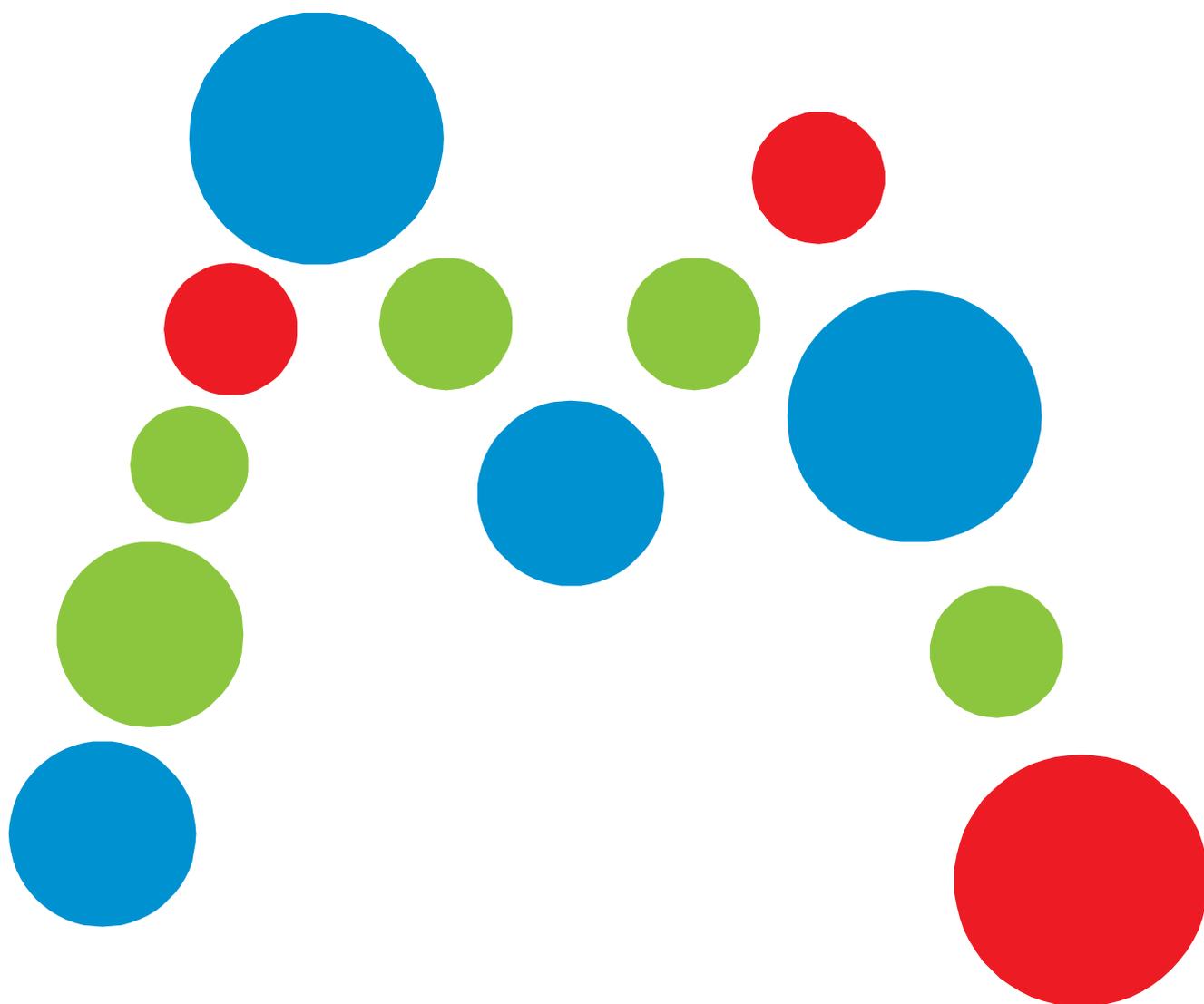


Mercados

informação global



Brasil Ficha de Mercado

Junho 2016



aicep Portugal Global

Índice

1. Dados Gerais	3
2. Economia	6
2.1. Situação Económica e Perspetivas	6
2.2. Comércio Internacional	11
2.3. Investimento Estrangeiro	14
2.4. Turismo	17
3. Relações Económicas com Portugal	18
3.1. Comércio de Bens e Serviços	18
3.1.1. Comércio de Bens	19
3.1.2. Serviços	23
3.2. Investimento Estrangeiro	24
3.3. Turismo	25
4. Condições Legais de Acesso ao Mercado	26
4.1. Regime de Importação	26
4.2. Regime de Investimento Estrangeiro	32
5. Informações Úteis	36
6. Contactos Úteis	38
7. Endereços de Internet	45

1. Dados Gerais

Mapa:



População:	204,5 milhões (2015)
Densidade populacional:	24,0 habitantes/Km ²
Designação oficial:	República Federativa do Brasil
Chefe do Estado e do Governo:	Michel Temer - Presidente Interino, desde 12 maio de 2016 (anterior Vice-Presidente, desde 1 de Janeiro de 2011) (Dilma Rousseff, ganhou as eleições presidenciais de outubro de 2014, tomou posse em janeiro de 2015 para um segundo mandato. Em 12 de maio de 2016 o Senado votou o seu <i>impeachment</i> , tendo sido suspensa do cargo. O Senado dispõe de um período de 180 dias para a conclusão do processo)
Vice- Presidente:	não ocupado
Data da atual Constituição:	Outubro de 1988, com alterações posteriores
Principais Partidos Políticos:	Partido dos Trabalhadores (PT); Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB); Partido Social Democrático (PSD); Partido Progressista (PP); Partido Democrático Trabalhista (PDT); Partido da República (PR); Partido Comunista do Brasil (PC do B); Partido Socialismo e Liberdade (PSOL); Partido Verde (PV); Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB); Democratas (DEM); Partido Socialista Brasileiro (PSB) As próximas eleições presidenciais, estaduais e parlamentares (Senado e Câmara dos Deputados) estão agendadas para outubro de 2018. As próximas eleições municipais deverão realizar-se em outubro de 2016
Capital:	Brasília (2,6 milhões de habitantes, último censo de 2012)
Outras cidades importantes:	São Paulo (11,4 milhões), Rio de Janeiro (6,4 milhões), Salvador (2,7 milhões), Fortaleza (2,5 milhões), Belo Horizonte (2,4 milhões)
Religião:	A maioria da população professa a religião Católica Romana (73,6%), embora a Constituição consagre a livre prática de todas as religiões
Língua Oficial:	Português
Unidade monetária:	Real do Brasil (BRL) 1 EUR = 3,7004 BRL (Banco de Portugal – média anual 2015) 1 EUR = 4,0374 BRL (Banco de Portugal – média mensal abril 2016)
Risco País:	Risco Geral - BB (AAA = risco menor; D = risco maior) - EIU, maio 2016 Risco Político - BB Risco de Estrutura Económica - BB
Risco de crédito:	4 (1 = risco menor; 7 = risco maior) – COSEC, maio de 2016
Política de cobertura de risco:	<i>Operações de Curto prazo</i> – Aberta sem condições restritivas <i>Operações de Médio / Longo prazo</i> – Clientes soberanos: Aberta sem condições restritivas. Outros clientes públicos e privados: Aberta, caso a caso, com eventual exigência de garantia soberana ou bancária – COSEC – maio 2016

Principais relações internacionais e regionais:

O Brasil é membro do Banco Interamericano de Desenvolvimento ([Inter-American Development Bank – IDB](#)), do Banco Africano de Desenvolvimento ([African Development Bank - AfDB](#), neste caso é membro não regional), do Banco de Compensações Internacionais ([Bank for International Settlements – BIS](#)) e da Organização das Nações Unidas ([United Nations – UN](#)) e suas agências especializadas ([Funds, Programmes, Specialized Agencies and Others](#)). Integra, ainda, a Organização Mundial de Comércio ([World Trade Organization – WTO](#)), desde 1 de janeiro de 1995. Ao nível regional, o Brasil faz parte do Mercado Comum do Sul ([MERCOSUL](#), que se encontra, ainda, numa etapa do processo de integração definida como União Aduaneira, cujo objetivo final é evoluir à condição de Mercado Comum, compreendendo não só o livre comércio entre os países membros e a aplicação da Tarifa Externa Comum – TEC face a países terceiros, mas, também, a livre circulação dos fatores de produção: capital e trabalho), da Associação Latino-americana de Integração ([Asociación Latinoamericana de Integración – ALADI](#)), do Sistema Económico Latino-americano e do Caribe ([Sistema Económico Latino-americano y del Caribe – SELA](#)), da Organização dos Estados Americanos ([Organización dos Estados Americanos – OEA](#)), da União de Nações Sul Americanas ([Unión de Naciones Suramericanas – UNASUR](#)), da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa ([CPLP](#)) e é membro associado da Comunidade Andina ([Comunidad Andina](#)). De referir, ainda, que o Brasil, sobretudo ao nível supranacional através do MERCOSUL, tem desenvolvido uma rede de relações de parceria, através da negociação de acordos comerciais preferenciais ([Acordos dos quais o Brasil é Parte](#)). Os acordos comerciais celebrados pelo Brasil ou a nível regional pelo MERCOSUL ou ALADI (dos quais o Brasil é parte) também podem ser consultados no [Invest & Export Brasil – Guia de Comércio Exterior e Investimento](#). Por sua vez, os interessados podem consultar no [CAPTA](#), as preferências tarifárias que o Brasil recebe, ou concede, com base nos diversos acordos comerciais em vigor. Se no resultado da busca aparecer mais de um acordo preferencial com o mesmo país, o interessado deve comparar os vários acordos comerciais para definir a preferência tarifária mais vantajosa para determinado produto. Com efeito, os acordos comerciais brasileiros com um mesmo país podem conceder ou receber preferências tarifárias distintas. Por exemplo, as preferências (reduções pautais) do acordo APTR-04 com a Argentina são inferiores às preferências do ACE 18 – Mercosul (do qual a Argentina é parte) para o caso do vinho (código SH 2204) e do azeite (código SH 1507). Cumpre, ainda, destacar que [o tratamento tarifário preferencial apenas é concedido aos bens originários dos países signatários dos acordos](#), isto é, aos bens produzidos nesses países ou que sofrem um grau de incorporação/transformação suficiente para que possam ser considerados como originários desses países

Relacionamento com a União Europeia (UE):

O relacionamento do Brasil com a UE rege-se, fundamentalmente, por dois Acordos: pelo [Acordo-Quadro de Cooperação Brasil/UE](#), em vigor desde 1 de

novembro de 1995 e que, em termos de comércio de mercadorias, assume a natureza de acordo não preferencial em que as partes concedem-se mutuamente o tratamento da nação mais favorecida (*MFN – Most Favoured Nation*: conceito de não discriminação onde cada membro da OMC concede aos produtos de um outro membro um tratamento não menos favorável do que o tratamento que concede aos produtos semelhantes dos demais Estados membros) e, ao nível supranacional, pelo [Acordo-Quadro Inter-Regional de Cooperação Mercosul/UE](#), em vigor desde 1 de julho de 1999 e que tem por objetivo, entre outros, a preparação das condições para a criação de um Acordo de Associação Inter-Regional que incluirá a liberalização do comércio e serviços entre as partes. As negociações para a celebração de um Acordo Inter-Regional entre a UE e o MERCOSUL foram [relançadas em maio de 2010](#), estando as partes a analisar as [propostas sobre comércio de bens e serviços e contratação pública trocadas recentemente a 11 de maio de 2016](#) (informações atualizadas sobre as negociações em curso podem ser obtidas no [Overview of Ongoing Negotiations](#)). Mais informação sobre o relacionamento bilateral pode ser consultada no Portal [European External Action Service \(EEAS\) – Brasil / Trade Relations EU-MERCOSUR / About Expected Benefits of the EU-Mercosur Agreement](#).

Ambiente de Negócios

Competitividade (Rank no <i>Global Competitiveness Index 2015/16</i>)	75 ^a	Facilidade de Negócios (Rank no <i>Doing Business 2016</i>)	116 ^a
Transparência (Rank no <i>Corruption Perceptions Index 2015</i>)	76 ^a	Ranking Global (<i>EIU</i> , entre 82 mercados)	54 ^a

2. Economia

2.1. Situação Económica e Perspetivas

O Brasil é a 9^a economia mundial e a 1^a da América Latina¹, possuindo uma população de cerca de 204,5 milhões de habitantes, a maior dos países da região.

Na área do investimento e do comércio internacional, o país tem ocupado posições de destaque nos últimos anos: 8^o recetor mundial de investimento direto estrangeiro em 2015; 25^o importador de bens (quota de 1,1% do total em 2015) e 19^o de serviços (1,5% do total); e 25^o exportador de bens (1,2% do total mundial). No setor do turismo, ocupou a posição de 17^o emissor mundial, em termos de gastos turísticos realizados no estrangeiro em 2015.

A economia do Brasil tem por base sectores como o agrícola, o extrativo, o industrial e o de serviços. A contribuição dos principais sectores da economia brasileira na composição do produto interno bruto (PIB) é a seguinte: serviços, com 71,9% do total em 2015, ocupando mais de três quartos da população ativa²,

¹ Segundo o Banco Mundial, o PIB foi de 1 800 mil milhões de USD em 2015 (preços correntes).

² Fonte EIU.

indústria, com 22,2%, e o sector agrícola com 5,9%, mas com forte peso em termos das exportações do país.

É de assinalar que, fruto do progresso alcançado com as reformas económicas, das condições favoráveis a nível internacional até 2008/2009, aliadas ao desenvolvimento de políticas sociais, fizeram com que a economia brasileira registasse taxas de crescimento até 2010, muito superiores às verificadas nas décadas anteriores.

A recuperação económica, iniciada nos mandatos de Lula da Silva, foi prosseguida por Dilma Rousseff, garantindo a continuidade das políticas macroeconómicas e o papel intervencionista do Estado. A política económica desenvolvida pode ser dividida em duas fases, que correspondem, *grosso modo*, aos dois governos do anterior Presidente. Durante o primeiro mandato (2002-2006), teve como objetivo prioritário alcançar a estabilidade macroeconómica com a correção de desequilíbrios, como a inflação, através de uma política monetária e fiscal restritiva.

Numa segunda fase, alcançada a estabilidade, o Governo pretendeu acelerar o crescimento económico através de um ambicioso programa de investimentos públicos - Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) - lançado em 2007, cujo objetivo visava aumentar o potencial de produção através de investimentos em infraestruturas, melhorar o capital humano e reformar os circuitos de financiamento da economia. A segunda fase deste programa foi lançada no final de março de 2010, e contemplava, sobretudo, as infraestruturas, o meio ambiente e a energia.

Desde 2011 que o PAC foi alargado a outras áreas consideradas prioritárias, entre as quais se destacam: a reforma das instituições e implementação de medidas destinadas a favorecer a economia e a igualdade social; o desenvolvimento de uma rede de transportes no conjunto do território (reforço da modernização das infraestruturas rodoviárias, ferroviárias, aéreas e marítimas, principalmente nas grandes cidades); o acesso ao alojamento por parte da população mais pobre; e o repensar o consumo de energia, através do desenvolvimento de fontes alternativas e da exploração dos imensos recursos naturais que o país dispõe. Por outro lado, em Agosto de 2011, foi anunciado o Programa Brasil Maior, destinado a incentivar o crescimento económico, estimular os investimentos e promover a competitividade dos produtos brasileiros.

Após um crescimento notável da economia em 2010 (+7,5%), em 2011 registou-se um abrandamento (3,9%), evolução para a qual contribuíram a crise da dívida na Europa, a desaceleração da economia mundial, bem como uma excessiva dependência do país das exportações de matérias-primas, elevados níveis de inflação e fracos níveis de investimento.

Em 2012 o PIB cresceu 1,9%, apesar de um novo pacote de estímulos, a vigorar desde meados de 2011, esta evolução mais do que consequência da envolvente externa, esteve diretamente ligada ao ambiente doméstico (no período 2000-2010, o consumo das famílias registou um crescimento médio anual de 3,7%, impulsionado pelo forte aumento do crédito e que se veio a traduzir num forte endividamento das famílias). Em 2013 a economia cresceu 3%, tendo praticamente estagnado em 2014,

devido essencialmente à forte contração do investimento, da atividade industrial e ao abrandamento do consumo privado.

Com os custos do crédito mais elevados, o que afetou as famílias (embora com uma taxa de desemprego relativamente baixa de 6,5% em 2014), o crescimento real dos salários foi menor do que no passado, prejudicando assim o consumo privado, que registou um crescimento de apenas 1,3% em 2014. A indexação do salário mínimo ao PIB nominal, um mercado laboral restritivo, a subida do custo dos serviços e a desvalorização do real contribuíram para que a taxa de inflação se situasse em 6,3% em 2014.

O segundo mandato da Presidente Dilma Rousseff teve início em janeiro 2015, tendo a prioridade sido dada ao reequilíbrio das finanças públicas de forma a recuperar a credibilidade e atrair investidores necessários ao aumento da competitividade e do potencial de crescimento da economia brasileira.

Em setembro de 2015, os Ministros da Fazenda e do Planeamento, anunciaram um vasto conjunto de medidas de contenção de despesas, com vista a fazer face à previsão do défice primário de 30,5 mil milhões de Reais. O plano de medidas, no valor de 26 mil milhões de Reais, procurava contribuir para cumprir a meta de um défice primário correspondente a 0,7% do PIB em 2016. Os cortes do lado da despesa, aliados a um aumento de impostos, à redução de subsídios e isenções fiscais, assim como à possível criação (por um período de quatro anos) da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (o imposto sobre movimentos financeiros que vigorou entre 1998 e 2007), terão tido igualmente como objetivo conter os efeitos negativos resultantes da baixa do *rating* de crédito do Brasil.

Refira-se que a primeira agência a baixar o *rating* do Brasil foi a *Standard and Poor's (S&P)*, em setembro de 2015, e em dezembro a *Fitch* colocou a nota do país em grau negativo. Na base desta decisão, as agências apontaram fatores como a deterioração das contas públicas, o aumento do endividamento e a incerteza sobre a retoma do crescimento da economia. Posteriormente, a *Moody's*, decidiu reduzir a nota de crédito do Brasil em dois graus (passando de Baa3 - investimento para Ba2 - especulação), alegando, igualmente, uma perspetiva de baixo crescimento do país e o forte peso da dívida pública no PIB.

Em 2015, a economia brasileira contraiu 3,8% (comparando com uma quebra de 0,1% verificada no conjunto das economias da América Latina e Caraíbas). Para essa evolução contribuiu a forte quebra do investimento (-14,1% face ao ano anterior), bem como do consumo privado e público (-4,0% e -1%, respetivamente). As tentativas de ajustamento orçamental e de controle da inflação não resultaram, tendo o défice orçamental agravado (-10,5% do PIB), atingindo a dívida pública cerca de 67% do PIB.

Os desenvolvimentos da Operação Lava Jato, a instabilidade social e política não contribuem para uma saída rápida do Brasil desta zona de turbulência económica.

Desde o final do último ano que aumentou a pressão sobre a Presidente Dilma Rousseff, que culminou, em maio último, com o seu afastamento do poder, após o Senado ter votado a favor da abertura de um processo de “*impeachment*”, tendo Dilma Rousseff sido suspensa das suas funções por um período máximo de seis meses, estando a aguardar a decisão final do Senado.

O novo Presidente interino, Michel Temer, tomou posse a 12 de Maio de 2016, chefiando um governo considerado de perfil liberal e conservador. Diversos analistas esperam que este prossiga políticas mais favoráveis ao ambiente de negócios, visando recuperar a confiança dos investidores internacionais na economia brasileira. Por outro lado, esperam-se alterações em termos da política externa do Brasil, prevendo-se uma maior focalização nas negociações comerciais, nomeadamente com a União Europeia, com os EUA e com a Ásia.

Apesar de Michel Temer ter iniciado o mandato com maioria no Congresso, facto que poderá facilitar a implementação de algumas reformas fiscais, conseguir garantir que esse apoio se mantenha a prazo, será um dos desafios que irá enfrentar.

O Governo anunciou, muito recentemente, o interesse em implementar alterações em áreas consideradas sensíveis, como sejam a reforma do sistema de pensões (fixação da idade mínima de reforma e prolongamento do número de anos de cotização), a alteração do sistema público de saúde e a suspensão da construção de habitação social. Em 24 de maio, foi apresentado um conjunto de medidas no sentido de travar o aumento dos gastos públicos e retomar o crescimento económico, entre as quais se destacam as seguintes:

- Devolução de cerca de 100 mil milhões de Reais do Banco Nacional de Desenvolvimento Económico e Social (BNDES) ao Tesouro Nacional (do Governo Federal), medida a implementar de forma faseada, e que contribuirá para reduzir a dívida pública.
- Estabelecimento de um teto para os gastos públicos (incluindo as despesas de saúde e de educação), sendo que o aumento dos gastos públicos num ano não poderá ser superior à inflação do ano anterior. Estima-se que a medida contribua para uma redução das despesas públicas entre 1,5% e 2% em relação ao PIB, nos próximos três anos.
- Contenção de subsídios, sendo que o Governo não tenciona continuar a aumentar o volume de subsídios concedidos - incentivos, principalmente fiscais (redução de impostos), prevendo poupar cerca de 2 mil milhões de Reais por ano.
- Extinção do Fundo Soberano (criado em 2008, conta com cerca de 2 mil milhões de Reais) e o regresso dos respetivos recursos aos cofres do Tesouro.
- Apoio ao projeto, já aprovado pelo Senado, que altera as regras de exploração do pré-sal (retira à Petrobras a obrigação de participar, com pelo menos 30% dos investimentos, em todos os consórcios de exploração do petróleo ultra-profundo). A medida deverá gerar uma economia de cerca de 2 mil milhões de Reais por ano.

Principais Indicadores Macroeconómicos

	Unidade	2013 ^a	2014 ^a	2015 ^a	2016 ^c	2017 ^c	2018 ^c
População	Milhões	201,0	202,8	204,5	206,1	207,7	209,2
PIB a preços de mercado	10 ⁹ BRL	5 316,5	5 687,3	5 904,3	6 251,3	6 642,3	7 141,2
PIB a preços de mercado	10 ⁹ USD	2 464,0	2 416,5	1 772,3	1 622,0	1 669,6	1 781,3
PIB <i>per capita</i> (em <i>ppc</i>)	USD	16 030	16 120	15 520 ^b	15 090	15 320	15 780
Crescimento real do PIB	%	3,0	0,1	-3,8	-3,7	0,9	1,6
Consumo privado	Var. %	3,5	1,3	-4,0	-4,2	0,0	3,0
Consumo público	Var. %	1,5	1,2	-1,0	0,0	0,0	3,0
Formação bruta de capital fixo	Var. %	5,8	-4,5	-14,1	-12,5	3,5	3,0
Taxa de inflação (média)	%	6,2	6,3	9,0	7,3	3,8	5,5
Taxa de desemprego	%	6,2	6,5	9,0	9,9	11,8	11,0
Saldo do setor público (total)	% do PIB	-2,8	-6,5	-10,5	-8,4	-7,1	-7,5
Saldo da balança corrente	10 ⁹ USD	-74,8	-104,2	-58,9	-39,8	-47,8	-51,9
Saldo da balança corrente	% do PIB	-3,0	-4,3	-3,3	-2,5	-2,9	-2,9
Dívida do Governo Central	% do PIB	20,8	20,5	21,2	21,8	23,5	25,4
Dívida do setor público (total)	% do PIB	51,7	57,2	66,5	76,5	81,0	84,8
Dívida externa	10 ⁹ USD	483,8	556,9 ^b	542,1 ^b	544,4	567,6	591,3
Taxa de câmbio - média	1USD=xBRL	2,16	2,35	3,33	3,85	3,98	4,01
Taxa de câmbio - média	1EUR=xBRL	2,87	3,13	3,70	4,22	4,35	4,45

Fonte: The Economist Intelligence Unit (EIU), maio de 2016

Notas: (a) Valores atuais; (b) Estimativas (c) Previsões;

BRL – Real do Brasil

As perspetivas de evolução da economia brasileira para 2016 e para o próximo ano, de acordo com o *The Economist Intelligence Unit* (EIU), são as seguintes:

- Uma contração da economia em 2016, da ordem de 3,7%, seguindo-se uma retoma modesta a partir de 2017 (+0,9%). As últimas previsões do FMI (*WEO Abril 2016*) apontam para uma evolução menos favorável, com o PIB a contrair 3,8% em 2016 e um crescimento nulo em 2017 (esta fonte prevê para a economia da região da América Latina e Caraíbas um crescimento de -0,5% em 2016 e +1,5% em 2017).
- O consumo privado deverá manter uma forte quebra em 2016 (-4,2%), estagnando em 2017, enquanto o consumo público estagnar-se-á no corrente e próximo ano. Quanto ao investimento, prevê-se, pelo terceiro ano consecutivo, uma forte contração em 2016 (-12,5%), retomando o crescimento a partir de 2017 (+3,5%).
- As importações de bens e serviços deverão continuar a contrair em 2016 (-2,9%), prevendo-se que aumentem em 2017 (+5%); do lado das exportações, em 2016-2017, esperam-se crescimentos da ordem dos 5,3% e 3%, respetivamente.

- O déficit da balança corrente reduzirá para 39,8 mil milhões de USD em 2016, representando 2,5% do PIB (compara com um déficit de 104,2 mil milhões de USD verificado em 2014, 4,3% do PIB).
- A taxa de desemprego irá continuar a agravar-se, atingindo perto de 10% em 2016 e de 12% em 2017.
- A inflação deverá descer no corrente ano e em 2017, para taxas da ordem dos 7,3% e 3,8%, respetivamente.
- A moeda brasileira deverá continuar a desvalorizar face ao USD e ao Euro (taxas de câmbio médias previstas para 2016 de 1 USD=3,85 BRL e de 1 EUR=4,22 BRL).
- O déficit do setor público deverá diminuir para 8,4% do PIB em 2016 e para 7,1% em 2017, invertendo a tendência de agravamento dos últimos anos. O peso da dívida do setor público total deverá subir, representando cerca de 76,5% do PIB em 2016 (um aumento de cerca de 19 pontos percentuais face a 2014), e 81% do PIB em 2017.
- Quanto à dívida externa, prevê-se que possa atingir um valor próximo de 544 mil milhões de USD em 2016 (representando perto de 33,6% do PIB).
- O EIU prevê que o investimento direto estrangeiro (líquido), continue a diminuir, tal como no último ano.

2.2. Comércio Internacional

O Brasil é uma economia pouco aberta, mas relevante no contexto do comércio mundial, ocupando, em 2015, a 25ª posição do *ranking* de exportadores de bens bem como de importadores, com quotas de 1,2% e 1,1%, respetivamente. Como importador mundial, o país desceu três posições no último ano face a 2014 e manteve a mesma posição como exportador.

A balança comercial brasileira apresentou saldos positivos consecutivos entre 1998 e 2013, situação que se inverteu em 2014. No último ano, o saldo comercial voltou a ser positivo, aproximando-se de 19,7 mil milhões de USD, e a taxa de cobertura das importações pelas exportações situou-se em 111%.

Em 2015, as exportações brasileiras de bens não ultrapassaram 191,1 mil milhões de USD (-15% face ao ano anterior, após -7% em 2014 e de terem estagnado em 2013), enquanto as importações alcançaram 171,4 mil milhões de USD (-25% face ao ano anterior, após -4% em 2014 e +7% em 2013).

Para 2016, o EIU prevê que o saldo da balança comercial continue a ser positivo, apontando para um aumento das exportações de bens (na ordem dos 3%) e a continuação do decréscimo das importações (-9%).

Evolução da balança comercial

(10 ⁶ USD)	2011	2012	2013	2014	2015
Exportação fob	256 038,7	242 579,8	242 178,0	225 098,4	191 126,9
Importação fob	226 243,4	223 149,1	239 620,9	229 060,1	171 446,2
Saldo	29 795,3	19 430,7	2 557,1	-3 961,7	19 680,7
Coeficiente de cobertura (%)	113	109	101	98	111
Posição no “ranking” mundial					
Como exportador	22 ^a	23 ^a	23 ^a	25 ^a	25 ^a
Como importador	21 ^a	23 ^a	21 ^a	22 ^a	25 ^a

Fontes: International Trade Centre (ITC); Organização Mundial de Comércio (OMC)

Em termos de parceiros comerciais e no que se refere ao *ranking* dos principais clientes do Brasil, a China lidera de forma destacada, mantendo uma quota de mercado próxima dos 19% do total das exportações em 2015, seguida pelos EUA que reforçaram quota (12,7% em 2015 contra 10,3% em 2013). Seguem-se dois clientes que têm vindo a registar uma diminuição de quota de mercado, a Argentina (6,7% de quota em 2015 contra 8,1% em 2013) e os Países Baixos (5,3% em 2015 comparando com 7,2% em 2013). A Alemanha ultrapassou o Japão, subindo a 5º cliente, com uma quota relativamente estável de 2,7%.

Estes cinco principais mercados clientes concentraram 45% do total das vendas de bens ao exterior efetuadas pelo Brasil em 2015. Salienta-se que os valores das exportações brasileiras para estes mercados registaram quebras acentuadas no último ano, da ordem dos 10% a 23%.

Entre os maiores clientes dentro da União Europeia (UE) destacam-se, para além dos Países Baixos e da Alemanha já mencionados, a Itália (10º cliente, com 1,7% de quota em 2015), a Bélgica e Espanha (12º e 14º, com 1,6% de quota, cada), o Reino Unido (15º, com 1,5%) e a França (22º, com 1,2%).

Portugal foi o 40º cliente do Brasil (8º da UE), absorvendo 0,4% das exportações brasileiras em 2015 (comparando com 0,8% cinco anos antes).

Principais Clientes

Mercado	2013		2014		2015	
	Quota (%)	Posição	Quota (%)	Posição	Quota (%)	Posição
China	19,0	1 ^a	18,0	1 ^a	18,6	1 ^a
EUA	10,3	2 ^a	12,1	2 ^a	12,7	2 ^a
Argentina	8,1	3 ^a	6,3	3 ^a	6,7	3 ^a
Países Baixos	7,2	4 ^a	5,8	4 ^a	5,3	4 ^a
Alemanha	2,7	6 ^a	2,9	6 ^a	2,7	5 ^a
Portugal	0,4	46^a	0,5	40^a	0,4	40^a

Fonte: International Trade Centre (ITC)

Relativamente aos principais fornecedores do Brasil, a China ocupa a 1ª posição do *ranking* tendo vindo a reforçar a sua quota de mercado nos últimos anos (17,9% do total das importações em 2015 contra 15,6% em 2013), seguida de perto pelos EUA (2º fornecedor, 15,6% de quota em 2015 contra 15,1% em 2013). São ainda de referir a Alemanha (6,1% de quota em 2015 e 6,3% em 2013), a Argentina (6% em 2015, contra 6,9% em 2013) e a Coreia do Sul, que passou de 6º para 5º fornecedor, ultrapassando a Nigéria (embora com perda de quota, 3,2% em 2015, comparando com 4% em 2013).

Estes cinco fornecedores representaram 48,8% do total das compras de bens do Brasil ao exterior em 2015. O valor das importações provenientes destes mercados registou uma fortíssima quebra no último ano, em particular no caso da Coreia do Sul (-36%), da Argentina, da Alemanha e dos EUA (com quebras na ordem dos 27% e 24%). As compras à China, após terem estagnado em 2014, acusaram igualmente um decréscimo muito relevante de 18% em 2015.

Principais Fornecedores

Mercado	2013		2014		2015	
	Quota (%)	Posição	Quota (%)	Posição	Quota (%)	Posição
China	15,6	1ª	16,3	1ª	17,9	1ª
EUA	15,1	2ª	15,4	2ª	15,6	2ª
Alemanha	6,3	4ª	6,0	4ª	6,1	3ª
Argentina	6,9	3ª	6,2	3ª	6,0	4ª
Coreia do Sul	4,0	6ª	3,7	6ª	3,2	5ª
Portugal	0,5	40ª	0,5	41ª	0,5	38ª

Fonte: International Trade Centre (ITC)

Quanto aos maiores fornecedores do Brasil dentro do espaço da União Europeia (UE) são de referir, para além da Alemanha: a Itália, que foi 7º fornecedor com 2,7% de quota em 2015 (2º da UE); a França, que foi 9º com 2,6% (3º da UE); a Espanha, que foi 12º com 2% (4º da UE); o Reino Unido, que foi 14º com 1,6% (5º da UE); os Países Baixos, que foram 16º com 1,4% (6º da UE); a Bélgica, que foi 25º com 0,9%; a Suécia, que foi 31º com 0,7% e a Áustria, que foi 35º fornecedor com 0,5% de quota.

Portugal foi o 38º fornecedor do Brasil (e 10º da UE), tendo representado 0,5% do total das importações brasileiras em 2015 (segundo os dados do ITC, verificou-se uma quebra muito importante de 26% em 2015, após terem vindo a abrandar o ritmo de crescimento nos últimos anos, de +20% em 2012 para apenas +1% em 2014).

Relativamente à estrutura das exportações brasileiras, cinco grupos de produtos concentraram perto de 40% do total - grãos, sementes e frutos (representaram 11,1% das exportações, verificando-se uma contração de 10% face ao ano anterior), minérios (8,7%, -41%), combustíveis (7,2%, -45%), carnes (6,8%, -15%) e máquinas e aparelhos mecânicos (5,9%, -11%).

Seguiu-se um segundo grupo de produtos, com quotas entre 5% e 3%, e que em conjunto representaram cerca de 20% das exportações brasileiras: veículos, ferro e aço, açúcar, resíduos, desperdícios da indústria alimentar e alimentação para animais, e ainda café, chá e especiarias. Salienta-se que todos estes grupos de produtos verificaram decréscimos em 2015, na ordem dos 2% a 19%. As quebras em particular nas vendas de açúcar bem como de resíduos e desperdícios da indústria alimentar foram as mais fortes (respetivamente -19% e -16%, face ao ano anterior).

Principais Produtos Transacionados – 2015

Exportações	% Total	Importações	% Total
12 – Grãos, sementes e frutos	11,1	27 – Combustíveis e óleos minerais	14,5
26 – Minérios, escórias e cinzas	8,7	84 – Máquinas e aparelhos mecânicos	14,5
27 – Combustíveis e óleos minerais	7,2	85 – Máquinas elétricas e partes	11,9
02 – Carnes e miudezas comestíveis	6,8	87 – Veículos automóveis e partes	7,9
84 – Máquinas e aparelhos mecânicos	5,9	29 – Produtos químicos orgânicos	5,4

Fonte: International Trade Centre (ITC)

Quanto aos produtos mais importados pelo Brasil, em 2015, os cinco grupos principais - combustíveis, máquinas e aparelhos mecânicos, máquinas elétricas e partes, veículos automóveis e partes e os produtos químicos orgânicos - concentraram perto de 54% do total. De um modo geral, o valor das importações destes grupos de produtos registaram quebras muito acentuadas, nomeadamente no caso dos combustíveis e dos veículos (respetivamente -45% e -30%, face ao ano anterior), bem como das máquinas e aparelhos elétricos e mecânicos (-25% e -22%), enquanto nos produtos químicos orgânicos foi menor (-13%).

2.3. Investimento Estrangeiro

O investimento direto estrangeiro (IDE) tem desempenhado um papel determinante no desenvolvimento económico recente do Brasil, país que se converteu num importante destino do IDE a nível mundial nos últimos anos. A maior atratividade do país na captação de capitais decorre, em grande medida, da situação criada no âmbito do Plano Real, do Programa Nacional de Privatizações e da implementação de diversas reformas económicas. Muitas empresas estrangeiras utilizam o Brasil como base para o desenvolvimento das suas operações na região da América Latina.

Segundo a UNCTAD, os fluxos de IDE captados pelo Brasil têm vindo a desacelerar desde 2012, tendo atingido 62,5 mil milhões de USD em 2014 (ou seja, 13,3% da formação bruta de capital fixo). O país posicionou-se como 6º recetor de IDE a nível mundial, com uma quota de 5,1% do total em 2014. De referir que no período que antecedeu a crise internacional, 2005-2007, o valor médio anual de investimento estrangeiro captado pelo Brasil rondou os 22,8 mil milhões de USD.

Investimento Direto Estrangeiro

(10 ⁶ USD)	2010	2011	2012	2013	2014
Investimento estrangeiro no Brasil	48 506	66 660	65 272	63 996	62 495
Investimento do Brasil no estrangeiro	11 588	-1 029	-2 821	-3 495	-3 540
Posição no “ranking” mundial					
Como recetor	9 ^a	5 ^a	4 ^a	6 ^a	6 ^a
Como emissor	27 ^a	163 ^a	160 ^a	187 ^a	185 ^a

Fonte: UNCTAD – World Investment Report 2015

No âmbito da região da América Latina e Caraíbas, o Brasil foi o principal destino dos fluxos mundiais de IDE com 39% do total em 2014, seguido pelo Chile e México (com 14% cada). Considerando apenas a América do Sul, o Brasil representou 51,8% do total dos fluxos de IDE, seguido do Chile (19%), da Colômbia (13%), do Perú (6%) e da Argentina (5,5%).

Importa destacar que de acordo com a mesma fonte, se estima que até ao final de 2014 o *stock* total de IDE tenha atingido cerca de 754,8 mil milhões de USD (o equivalente a 32,1% do PIB).

Segundo o *Global Investment Trends Monitor*, da UNCTAD³, em 2015, os fluxos de IDE captados pelo Brasil registaram uma quebra de 23%, não ultrapassando 56 mil milhões de USD. O país desceu para a 8^a posição como recetor mundial de IDE em 2015, após os EUA, Hong Kong, a China, os Países Baixos, o Reino Unido, Singapura e a Índia, mas à frente de países como o Canadá e a França.

Em termos globais, o investimento estrangeiro realizado na região da América Latina e Caraíbas⁴ diminuiu cerca de 11% em 2015 (no caso do Chile e Colômbia estima-se que as quebras tenham sido da ordem dos 38% e 15%, respetivamente; embora no caso do México e Peru o IDE tenha aumentado 14% e 11% respetivamente).

Assistiu-se a um decréscimo do IDE “*greenfield*” desde que atingiu o valor máximo em 2011 (ano em que foram iniciados cerca de 500 projetos, envolvendo um montante da ordem dos 50 mil milhões de USD). De acordo com estudo da A.T.Kearney, embora se assista a um decréscimo significativo do número de projetos (de 117 no 1^o trimestre de 2014 para 56 no período homólogo de 2015), alguns setores da economia brasileira, como seja o das telecomunicações, têm mantido o interesse dos investidores. Nesse âmbito, destaca-se que a maior operação M&A no Brasil, realizada em 2015, foi a aquisição da Global Village Telecom Participações SA (fornecedor de telecomunicações), pela empresa espanhola Telefónica Brasil SA, no valor de 9,9 mil milhões de USD.

³ Janeiro de 2016.

⁴ Excluindo centros financeiros *offshore* nas Caraíbas.

Segundo dados da Deloitte/Banco Central do Brasil, em 2015 os principais países investidores (em termos de fluxos) foram os Países Baixos (20% do total), seguindo-se os EUA (12%), o Luxemburgo e Espanha (com 11% cada), a Alemanha (6%), o Japão e a França (5%, cada), a Noruega (4%), a Itália e o Reino Unido (3%, cada).

Quanto aos setores de atividade económica mais relevantes na aplicação do capital estrangeiro destacam-se, por ordem decrescente, o retalho (9% do total dos fluxos em 2015), petróleo e gás (8%), telecomunicações (8%), automóvel (8%), energia elétrica (7%), químicos, alimentar, tabaco e sector imobiliário (com 4%, cada).

A situação de instabilidade política e a crise económica que o Brasil atravessa, vieram aumentar o risco para os investidores estrangeiros, num mercado onde são apontadas, entre outras dificuldades, o facto de o país possuir um sistema tributário complexo, uma legislação laboral rígida e uma burocracia pesada.

Segundo o “*FDI Confidence Index 2016*”, da A.T. Kerney, o Brasil desceu para a 12ª posição do *ranking* em 2016 (após ocupar a 6ª em 2015, a 5ª em 2014 e a 3ª em 2013), entre 25 países. Este índice analisa o impacto das alterações políticas, económicas e regulamentares em termos de intenções de investimento a médio prazo por parte das grandes empresas. A recessão económica em 2015 (-3,8%), as previsões negativas da mesma ordem para 2016, a burocracia, assim como a baixa confiança dos consumidores, são fatores que contribuíram para essa evolução, que fez o Brasil sair do top 10 deste índice, pela primeira vez, nos últimos cinco anos.

Por outro lado, de acordo com o relatório “*Doing Business Report 2016*”, do Banco Mundial, o Brasil desceu cinco posições, ocupando o 116º lugar do *ranking* (numa lista de 189 países) relativamente ao ambiente de negócios (“*Ease of doing business*”), posição que permanece menos favorável que a de outros países da América Latina (o México ocupa a 38ª posição do *ranking*, o Chile a 48ª e a Colômbia a 54ª). Quanto a alguns aspetos do clima de negócios há que salientar, pela negativa: 178º no pagamento de impostos; 174º em termos de prazo para iniciar um negócio; 169º no tratamento de processos de autorização para construção; 145º em termos de “*trading across borders*”; 130º no registo de propriedade; 97º no acesso ao crédito e 62º na facilidade de encerrar uma empresa. Pela positiva, destaca-se que o Brasil ocupou a 29ª posição na proteção aos investidores e a 45ª na execução de contratos.

No relatório “*Global Competitiveness Index 2015-2016*”, do World Economic Forum, o Brasil registou igualmente uma descida considerável, passando a ocupar o 75º lugar do *ranking*, num total de 140 países (57º em 2014 e 2015).

Quanto ao investimento direto do Brasil no estrangeiro, registou-se um valor negativo de 3,5 mil milhões de USD em 2014 (em termos líquidos) segundo a UNCTAD. Estima-se que até ao final de 2014, o *stock*

total de investimento do Brasil no estrangeiro tenha atingido perto de 316,3 mil milhões de USD (o equivalente a 13,4% do PIB).

A presença de grandes empresas brasileiras na região da América do Sul é significativa em diversos setores, com destaque para a construção (desenvolvem importantes projetos de infraestruturas de transporte e energia, graças, entres outros, ao apoio financeiro do BNDES), bem como para os sectores da banca, químico, petroquímico, extrativo, mecânico e alimentar.

2.4. Turismo

De acordo com a *World Tourism Organization* (UNWTO), o Brasil foi o 44º maior recetor de turistas a nível mundial em 2014 (1º a nível da América do Sul), com uma quota de 0,6%. Nesse ano registaram-se 6,4 milhões de entradas de turistas, a que correspondeu um acréscimo de 10,6% face ao ano anterior (após +2,4% em 2013).

Indicadores do Turismo

	2010	2011	2012	2013	2014
Turistas ^a (10 ³)	5 161	5 433	5 677	5 813	6 430
Receitas ^b (10 ⁹ USD)	5,3	6,6	6,5	6,5	6,8

Fonte: World Tourism Organization (UNWTO) – janeiro 2016

Notas: (a) Inclui apenas dormidas na hotelaria global; (b) Não inclui as receitas de transporte;

Em termos de receitas, o país ocupou o 40º lugar no *ranking* dos mercados geradores de receitas turísticas em 2014 (e o 1º entre os países da América do Sul), ao arrecadar 6,8 mil milhões de USD (+5,7% face ao ano anterior, após +1,5% em 2013), segundo a UNWTO.

Entre os principais mercados emissores destacam-se a Argentina, os EUA, a Alemanha, o Uruguai, o Chile e o Paraguai.

O setor atravessa uma fase de franco desenvolvimento estrutural, permitindo elevadas expectativas de crescimento. A este propósito evidencia-se o facto do Brasil, além de ter organizado o Campeonato Mundial de Futebol de 2014, ir também acolher os Jogos Olímpicos de 2016, ocasião que deverá contribuir para o crescimento do turismo, pese embora a instabilidade da atual situação política e económica que o país atravessa.

O *ranking* “*Travel & Tourism Competitiveness Index 2015*”, publicado pelo *World Economic Forum*, posiciona o Brasil como a 28ª economia mundial mais competitiva ao nível do setor do turismo, num conjunto de 141 países.

Analisando os fluxos contrários, constata-se que os gastos dos turistas brasileiros que visitam o estrangeiro tem vindo a aumentar no período 2010-2014, atingindo 25,6 mil milhões de USD em 2014.

Destaca-se que, em termos de gastos turísticos, o Brasil posicionou-se como o 10º mercado mundial em 2014, com uma quota de 2% (1º entre os países da América Latina, seguido pelo México e Argentina, que ocuparam as 30ª e 37ª posições mundiais em 2014, respetivamente).

Segundo a UNWTO, o ritmo de crescimento dos gastos dos turistas brasileiros no exterior abrandou em 2014 (+2,2% face ao ano anterior, comparando com as taxas a dois dígitos, registadas nos quatro anos anteriores), evolução que se ficou a dever ao arrefecimento da economia brasileira, bem como à valorização do USD face ao Real.

As saídas de turistas brasileiros para o estrangeiro aumentaram significativamente nos últimos anos, atingindo 9,4 milhões em 2014 (+5% face ao ano anterior). As principais regiões de destino dos turistas brasileiros foram a América do Sul (26% de quota em 2014), a América do Norte (25%), a Europa Ocidental e Europa do Sul/Mediterrânica (com quotas de 15%, cada) e o Norte da Europa (5%). Entre os principais países de destino dos turistas brasileiros na Europa destacam-se: França (24% do total em 2014), Espanha e Itália (com 12% cada), Portugal (10%) e a Alemanha (9%).

3. Relações Económicas com Portugal

3.1. Comércio de Bens e Serviços

As relações comerciais com o Brasil revestem-se de grande importância para Portugal, quer pelos laços históricos existentes, quer pelo atual posicionamento mundial deste mercado.

No contexto do comércio internacional português de bens e serviços o Brasil representou, em 2015, 2,0% das exportações portuguesas e 1,8% das importações. No primeiro trimestre do ano em curso registou-se uma diminuição do peso do Brasil nas exportações portuguesas (1,8%), e um reforço da quota em termos de importações (2,0%).

Quota do Brasil no Comércio Internacional Português de Bens e Serviços

	Unidade	2011	2012	2013	2014	2015	2016 jan/mar
Brasil como cliente de Portugal	% Export.	2,5	2,7	2,6	2,4	2,0	1,8
Brasil como fornecedor de Portugal	% Import.	2,7	2,8	1,9	1,8	1,8	2,0

Fonte: Banco de Portugal

A balança comercial de bens e serviços entre Portugal e o Brasil foi favorável ao nosso país nos últimos três anos. Em 2015, o excedente da balança comercial de bens e serviços atingiu 264,3 milhões de euros, o que se traduziu num coeficiente de cobertura das importações pelas exportações de 121,2%.

De salientar que o crescimento médio anual das exportações e das importações de bens e serviços, no período 2011-2015 foi negativo (-0,2% e -8,1%, respetivamente). Nos primeiros três meses do corrente ano, as exportações registaram uma quebra significativa de 17,6% face ao período homólogo de 2015, enquanto as importações aumentaram 16,5%.

Balança Comercial de Bens e Serviços de Portugal com o Brasil

(10 ⁶ EUR)	2011	2012	2013	2014	2015	Var % 15/11 ^a	2015 jan/mar	2016 jan/mar	Var % ^b 16/15 ^a
Exportações	1 546,9	1 722,2	1 811,9	1 724,0	1 509,8	-0,2	371,5	306,2	-17,6
Importações	1 833,4	1 789,3	1 231,2	1 264,7	1 245,5	-8,1	285,8	333,0	16,5
Saldo	-286,5	-67,1	580,7	459,3	264,3	--	85,7	-26,8	--
Coef. Cobertura %	84,4	96,2	147,2	136,3	121,2	--	130,0	92,0	--

Fonte: Banco de Portugal

Notas: a) Média aritmética das taxas de crescimento anuais no período 2011-2015

b) Taxa de variação homóloga 2015-2016

Devido a diferenças metodológicas de apuramento, o valor referente a "Bens e Serviços" não corresponde à soma ["Bens" (INE) + "Serviços" (Banco de Portugal)]. Componente de Bens com base em dados INE, ajustados para valores f.o.b

É de sublinhar que existe um maior domínio das exportações de serviços face às exportações de bens, tendo as primeiras representado cerca de 64% do total em 2015.

3.1.1. Comércio de Bens

O Brasil é um importante parceiro comercial de Portugal, quer enquanto destino das nossas exportações de bens, quer no que se refere à origem das importações, ocupando a 12^a posição no *ranking* de clientes e a 11^a no de fornecedores, em 2015, com quotas de 1,1% e 1,4%, respetivamente. É de realçar que, fora do espaço europeu, o Brasil se encontra no quinto lugar na tabela de clientes em 2015 (depois dos EUA, de Angola, da China e de Marrocos); como fornecedor extra-UE, o Brasil ocupa o quarto lugar (depois da China, de Angola e dos EUA).

No 1^o trimestre do corrente ano, o peso do Brasil no contexto das exportações portuguesas diminuiu (1,0% do total), passando a posicionar-se no 15^o lugar do *ranking* de clientes. Por outro lado, enquanto fornecedor subiu duas posições, aumentando o peso em termos das importações portuguesas (1,9% do total).

Posição e Quota do Brasil no Comércio Internacional Português de Bens

		2011	2012	2013	2014	2015	2016 jan/mar
Brasil como cliente de Portugal	Posição	10 ^a	11 ^a	10 ^a	11 ^a	12 ^a	15 ^a
	% Export.	1,36	1,51	1,56	1,33	1,14	1,00
Brasil como fornecedor de Portugal	Posição	10 ^a	10 ^a	12 ^a	11 ^a	11 ^a	9 ^a
	% Import.	2,45	2,43	1,46	1,47	1,43	1,87

Fonte: Instituto Nacional de Estatística (INE)

No contexto do comércio externo brasileiro, e de acordo com os dados divulgados pelo *International Trade Centre* (ITC) relativos a 2015, Portugal ocupa o 38º lugar enquanto fornecedor e o 40º cliente, representando apenas 0,5% do total importado e 0,4% do exportado por este país.

As transações comerciais entre os dois países são tradicionalmente desfavoráveis a Portugal, com as exportações portuguesas a apresentarem, no período 2011-2015, um crescimento médio anual de apenas 0,2%, enquanto as importações registaram uma diminuição de 10,6%.

Em 2015, as exportações de bens portuguesas para o mercado brasileiro atingiram 569,1 milhões de Euros, traduzindo-se num decréscimo de 10,9% relativamente ao ano anterior. Por outro lado, as importações alcançaram 860,0 milhões de Euros, o que representou uma diminuição de 0,6%. O défice da balança comercial agravou-se 28,6%, atingindo 290,9 milhões de Euros, a que correspondeu um coeficiente de cobertura das importações de 66,2% no último ano (compara com 88,8% em 2013, o mais elevado dos últimos cinco anos).

No período janeiro-março de 2016, as nossas vendas de bens para o mercado brasileiro contraíram 27,4% face ao período homólogo do ano anterior, tendo as importações registado um aumento de 50,7%.

Balança Comercial de Bens de Portugal com o Brasil

(10 ⁶ EUR)	2011	2012	2013	2014	2015	Var % 15/11 ^a	2015 jan/mar	2016 jan/mar	Var % 16/15 ^b
Exportações	583,1	680,8	738,9	638,6	569,1	0,2	164,9	119,7	-27,4
Importações	1 462,0	1 368,8	831,9	864,8	860,0	-10,6	178,3	268,7	50,7
Saldo	-878,9	-687,9	-92,9	-226,3	-290,9	--	-13,4	-149,0	--
Coef. Cobertura %	39,9	49,7	88,8	73,8	66,2	--	92,5	44,6	--

Fonte: Instituto Nacional de Estatística (INE)

Notas: (a) Média aritmética das taxas de crescimento anuais no período 2011-2015; (b) Taxa de variação homóloga 2015-2016
 (2011 a 2014: resultados definitivos; 2015 e 2016: resultados preliminares)

Da estrutura das exportações portuguesas para o Brasil, por grupos de produtos, destacam-se os produtos agrícolas (44,2% do total em 2015), seguidos dos veículos e outro material de transporte (15,9%) e das máquinas e aparelhos (12,7%) que, no seu conjunto, representaram 72,8% das nossas vendas para este mercado em 2015 (53,6% em 2011). Relativamente aos restantes grupos, destacam-se ainda as exportações de produtos alimentares (6,9% do total), minerais e minérios (5,8%) e metais comuns (5,6%).

Em termos de evolução, constata-se que dos seis principais grupos de produtos exportados para o Brasil, apenas os veículos e outro material de transporte e os minerais e minérios registaram uma variação positiva face ao ano anterior (30% e 0,8%, respetivamente). Os restantes grupos sofreram fortes quebras das vendas para o mercado brasileiro (entre 3,8% e 30%).

Numa análise mais detalhada (a quatro dígitos da Nomenclatura Combinada), os produtos mais representativos foram o azeite de oliveira (26,2% do total exportado em 2015), partes dos veículos e aparelhos das posições 8801 ou 8802 (14,3%), maçãs, peras e marmelos frescos (6,6%), vinhos (5,1%), peixes congelados, exceto filetes (4,1%), peixes secos, salgados ou em salmoura (3,0%), minérios de cobre e seus concentrados (2,4%), moldes (2,2%), partes para aparelhos das pp 8525 e 8528 (2,2%) e filetes de peixe, frescos, refrigerados ou congelados (2,0%).

Segundo o Gabinete de Estratégia e Estudos do Ministério da Economia, cerca de 51,7% dos produtos industriais transformados exportados de Portugal para o Brasil em 2014 (que representaram 92,5% do total das nossas vendas ao mercado, segundo os últimos dados disponíveis), continham um grau de intensidade tecnológica baixa, 14,6% média-baixa, 17,7% média-alta e apenas 16,0% alta.

De acordo com os dados publicados pelo INE, verificou-se um aumento contínuo do número de empresas portuguesas que exportaram para o Brasil entre 2010 e 2013, invertendo-se a tendência em seguida, tendo-se cifrado em 1 636 empresas exportadoras em 2014 (último ano disponível).

Exportações de Portugal para o Brasil por Grupos de Produtos

(10 ⁶ EUR)	2011	% Tot 11	2014	% Tot 14	2015	% Tot 15	Var % 15/14
Agrícolas	219,4	37,6	283,8	44,4	251,3	44,2	-11,4
Veículos e outro mat. transporte	14,1	2,4	69,6	10,9	90,5	15,9	30,0
Máquinas e aparelhos	79,0	13,5	103,6	16,2	72,5	12,7	-30,0
Alimentares	36,7	6,3	40,6	6,4	39,0	6,9	-3,8
Minerais e minérios	62,7	10,8	32,5	5,1	32,7	5,8	0,8
Metais comuns	33,0	5,7	37,9	5,9	31,7	5,6	-16,3
Plásticos e borracha	24,3	4,2	19,2	3,0	11,2	2,0	-41,7
Matérias têxteis	25,9	4,4	12,8	2,0	9,7	1,7	-24,4
Químicos	12,6	2,2	7,9	1,2	6,1	1,1	-22,2
Pastas celulósicas e papel	10,2	1,8	9,3	1,5	5,0	0,9	-46,4
Madeira e cortiça	6,7	1,1	6,1	1,0	4,6	0,8	-25,4
Instrumentos de ótica e precisão	3,1	0,5	4,0	0,6	3,9	0,7	-1,4
Combustíveis minerais	41,4	7,1	0,0	0,0	2,7	0,5	§
Vestuário	6,9	1,2	3,2	0,5	2,1	0,4	-33,0
Peles e couros	0,7	0,1	1,0	0,2	0,9	0,2	-13,7
Calçado	0,7	0,1	0,1	0,0	0,2	0,0	130,7
Outros produtos (a)	5,7	1,0	7,1	1,1	4,9	0,9	-30,8
TOTAL	583,1	100,0	638,6	100,0	569,1	100,0	-10,9

Fonte: Instituto Nacional de Estatística (INE)

Nota: (a) Tabaco, chapéus, guarda-chuvas, pedras e metais preciosos, armas, mobiliário, brinquedos, obras de arte, obras diversas.
§ - Coeficiente de variação > = 1000% ou valor zero em 2014

Em relação à estrutura das importações portuguesas provenientes do Brasil, em 2015, destacam-se os grupos de produtos agrícolas (33,3% do total), combustíveis minerais (24,4%) e que em conjunto

representaram cerca de 58% do total importado. Dos restantes produtos importados do Brasil, salienta-se ainda o grupo dos metais comuns (11,3% do total), dos veículos e outro material de transporte (6,4%), e as máquinas e aparelhos (4,6%).

De salientar o forte aumento registado nas importações de metais comuns (+182% face ao ano anterior), de produtos agrícolas (+28,1%) e de máquinas e aparelhos (+12,1%); por outro lado, a queda verificada nas importações de combustíveis minerais (-41,1% face a 2014) e dos veículos e outro material de transporte (-28,3%).

Numa análise mais detalhada (a quatro dígitos da Nomenclatura Combinada) verifica-se que foram os óleos brutos de petróleo (24,4% do total em 2015), a soja (19,7%), os produtos laminados planos de ferro e aço (8,9%), o milho (4,8%), os outros veículos aéreos, veículos espaciais e seus veículos de lançamento (3,6%), os polímeros de etileno (2,9%), o tabaco não manufacturado (2,8%), as partes dos veículos e aparelhos das pp 8801 ou 8802 (2,7%), o café (2,2%), e a lenha, serradura e desperdícios de madeira (2,2%) os produtos com maior representatividade na estrutura de importações.

Segundo o GEE, 31,2% dos produtos industriais transformados importados do Brasil (que representam apenas 31,8% do total em 2014, último ano disponível), continham um grau de intensidade tecnológica baixa, 14,3% média-baixa, 24,2% média-alta e 30,4% com intensidade tecnológica alta.

Importações de Portugal Provenientes do Brasil por Grupos de Produtos

(10 ⁶ EUR)	2011	% Tot 11	2014	% Tot 14	2015	% Tot 15	Var % 15/14
Agrícolas	214,3	14,7	223,4	25,8	286,1	33,3	28,1
Combustíveis minerais	761,8	52,1	355,6	41,1	209,6	24,4	-41,1
Metais comuns	89,0	6,1	34,5	4,0	97,4	11,3	182,0
Veículos e outro mat. transporte	1,6	0,1	77,2	8,9	55,4	6,4	-28,3
Máquinas e aparelhos	43,8	3,0	35,2	4,1	39,5	4,6	12,1
Plásticos e borracha	50,2	3,4	18,8	2,2	37,3	4,3	98,7
Madeira e cortiça	17,3	1,2	14,8	1,7	29,3	3,4	98,2
Peles e couros	15,4	1,1	19,4	2,2	15,9	1,8	-18,3
Matérias têxteis	8,4	0,6	11,5	1,3	14,5	1,7	25,7
Alimentares	173,7	11,9	22,0	2,5	12,7	1,5	-42,4
Químicos	26,0	1,8	13,8	1,6	11,5	1,3	-16,4
Pastas celulósicas e papel	12,0	0,8	9,7	1,1	7,9	0,9	-18,5
Calçado	8,8	0,6	4,9	0,6	6,7	0,8	35,3
Instrumentos de ótica e precisão	5,7	0,4	6,0	0,7	4,4	0,5	-27,9
Vestuário	4,3	0,3	3,3	0,4	3,1	0,4	-4,6
Minerais e minérios	2,2	0,2	1,8	0,2	2,1	0,2	14,2
Outros produtos (a)	27,4	1,9	12,8	1,5	26,7	3,1	109,3
TOTAL	1 462,0	100,0	864,8	100,0	860,0	100,0	-0,6

Fonte: Instituto Nacional de Estatística (INE)

Nota: (a) Tabaco, chapéus, guarda-chuvas, pedras e metais preciosos, armas, mobiliário, brinquedos, obras de arte, obras diversas.

§ - Coeficiente de variação > = 1000% ou valor zero em 2014

3.1.2. Serviços

No âmbito dos serviços, e segundo dados do Banco de Portugal, constata-se que em 2015 o Brasil foi responsável por 3,9% das vendas de Portugal ao exterior e por 3,2% das aquisições. No primeiro trimestre de 2016 o Brasil representou 3,7% do total das exportações portuguesas de serviços e 3,3% das importações.

Quota do Brasil no Comércio Internacional Português de Serviços

	Unidade	2011	2012	2013	2014	2015	2016 jan/mar
Brasil como cliente de Portugal	% Export.	5,2	5,5	5,1	4,7	3,9	3,7
Brasil como fornecedor de Portugal	% Import.	4,5	4,5	3,6	3,3	3,2	3,3

Fonte: Banco de Portugal

Nos últimos dez anos, a balança comercial de serviços foi favorável a Portugal, atingindo um *superavit* de 557,4 milhões de Euros em 2015 e uma taxa de cobertura das importações pelas exportações de 236%. As exportações não ultrapassaram os 967,1 milhões de Euros em 2015 (o que representou um decréscimo de 12,9% relativamente a 2014), enquanto as importações alcançaram 409,8 milhões de Euros (+1,5%).

A evolução verificada no primeiro trimestre de 2016 indica que tanto as nossas vendas de serviços ao mercado como as compras registaram uma diminuição relativamente ao período homólogo do ano anterior (-14,1% e -4,7%, respetivamente). O excedente da balança comercial de serviços traduziu-se em 85,4 milhões de Euros, o que representou um decréscimo de 23% face ao período homólogo de 2015.

Balança Comercial de Serviços de Portugal com o Brasil

(10 ⁶ Euros)	2011	2012	2013	2014	2015	Var % 15/11 ^a	2015 jan/mar	2016 jan/mar	Var % 16/15 ^b
Exportações	1 000,6	1 099,9	1 121,1	1 110,4	967,1	-0,5	216,0	185,6	-14,1
Importações	502,8	476,6	395,3	403,7	409,8	-4,7	105,1	100,1	-4,7
Saldo	497,7	623,3	725,8	706,7	557,4	--	111,0	85,4	--
Coef. Cobertura (%)	199,0	230,8	283,6	275,0	236,0	--	205,6	185,3	--

Fonte: Banco de Portugal (BdP)

Notas: (a) Média aritmética das taxas de crescimento anuais no período 2011-2015; (b) Taxa de variação homóloga 2015-2016

Ainda segundo o Banco de Portugal, são os transportes (50,5% do total exportado em 2015) e as viagens e turismo (38,8%) que mais se destacam nas exportações portuguesas de serviços para o Brasil, tendo ambos registado uma evolução negativa no último ano (-23,3% e -0,5%, respetivamente). Em relação às importações, sublinha-se igualmente a importância dos transportes (45,3% do total em 2015) e das viagens e turismo (28,2%), tendo-se verificado igualmente uma contração face ao ano anterior (-5,3% e -7,2%, respetivamente).

3.2. Investimento Estrangeiro

Segundo dados do Banco de Portugal, o fluxo líquido de investimento direto do Brasil em Portugal (de acordo com o Princípio Direcional) atingiu um montante de -958,6 milhões de Euros em 2015. No primeiro trimestre de 2016 o fluxo líquido de investimento direto do Brasil no nosso país foi de 149,1 milhões de Euros (+158,1% face ao período homólogo do ano anterior).

No que respeita ao fluxo de investimento direto de Portugal no Brasil (Princípio Direcional), observaram-se -108,8 milhões de Euros em 2015 (valores líquidos) e, no 1º trimestre de 2016, 63,6 milhões de Euros (o que traduziu um aumento de 125% face ao período homólogo de 2015).

Fluxos de Investimento Direto entre Portugal e o Brasil - Princípio Direcional

	2011	2012	2013	2014	2015	Var % 15/11 ^a	2015 jan/mar	2016 jan/mar	Var % 16/15 ^b
IDPE	-41,0	-598,4	-581,7	2 158,6	-108,8	-247,9	-254,4	63,6	125,0
IDE	-141,5	-620,9	121,7	1 308,7	-958,6	145,7	-256,6	149,1	158,1
Saldo	100,5	22,5	-703,4	849,9	849,8	--	2,2	-85,5	--

Fonte: Banco de Portugal (BdP)
Unidade: Milhões de Euros (valores líquidos)
Notas: a) Média aritmética das taxas de crescimento anuais no período 2011-2015; (b) Taxa de variação homóloga 2015-2016
Princípio Direcional: reflete a direção ou influência do investimento, isto é, o Investimento Direto de Portugal no Exterior (IDPE) e o Investimento Direto do Exterior em Portugal (IDE)

Em termos de posição de investimento direto com o exterior, o *stock* de ID do Brasil no nosso país (Princípio Direcional) registou, no final de dezembro de 2015, cerca de 2,4 mil milhões de Euros. Destaca-se que o Brasil foi 7º enquanto emissor de investimento direto do exterior em Portugal no último ano, com uma quota de 2,3% do *stock* total.

Em sentido contrário, o *stock* de ID de Portugal no Brasil (Princípio Direcional) totalizava aproximadamente 2,9 mil milhões de Euros em dezembro de 2015. O Brasil ocupou a 4ª posição como destino do ID de Portugal no exterior, com uma quota de 4,9% do total no último ano (tendo chegado a representar 9,4% do total do IDPE em 2011).

Posição (stock) de Investimento Direto entre Portugal e o Brasil – Princípio Direcional

	2011 dez	2012 dez	2013 dez	2014 dez	2015 dez	Var % 15/11 ^a	2016 mar	Var % 16/15 ^b
IDPE	4 473,6	3 761,6	2 858,6	3 536,2	2 888,1	-8,6	2 995,4	-0,8
% Tot Portugal	9,4	8,7	6,6	7,1	4,9	--	5,1	--
IDE	2 497,6	1 947,8	1 612,8	3 282,0	2 361,8	9,1	2 497,3	-16,2
% Tot Portugal	3,1	2,2	1,8	3,4	2,3	--	2,3	--
Saldo	1 976,0	1 813,8	1 245,8	254,2	526,3	--	498,1	--

Fonte: Banco de Portugal (BdP)
Unidade: Milhões de Euros (posições em fim de período)
Notas: (a) Média aritmética das taxas de crescimento anuais em dez 2011 – dez 2015; (b) Taxa de variação homóloga 2015 mar – 2016 mar.
Princípio Direcional: reflete a direção ou influência do investimento, isto é, o Investimento Direto de Portugal no Exterior (IDPE) e o Investimento Direto do Exterior em Portugal (IDE).

De um modo geral, pode-se considerar que o Brasil é um destino que desperta grande interesse nas empresas portuguesas, as quais estão presentes em diferentes áreas de negócio, nomeadamente turismo, construção e obras públicas, energia, ambiente, agroalimentar e bebidas, equipamentos e produtos industriais, componentes para a indústria automóvel, tecnologias de informação e comunicação, serviços e distribuição. Para além dos investimentos no sector turístico (ex. Grupo Pestana, Vila Galé, Hotéis Tivoli, Dorisol Hotels&Resorts), destacam-se, entre outros, os das empresas EDP, Galp, Petrogal, Partex, Portugal Telecom, Efacec, Frezite, Logoplaste, Arsopi, Vendap, Indasa, Monte Meão, Simoldes, Sodecia, Critical Software, Altitude Software, Timwe, Consulgal, Brisa, Martifer, Mota Engil, Teixeira Duarte, Somague, Prebuild, Cimpor, Secil, Vicaima, Sonae Sierra, Coba, Leya, Novadelta, Gallo, Sovena, Esporão, Symington, Vista Alegre e Laboratórios Azevedo.

Por outro lado, nos últimos anos, as empresas brasileiras olharam cada vez mais para Portugal, não apenas como uma porta de entrada para o mercado europeu, mas também como plataforma logística e de negócios para atingirem outros continentes. É de referir a presença das seguintes empresas brasileiras em Portugal: Embraer, Petrobrás, Camargo Corrêa/Intercement (aquisição do controle da CIMPOR), Votorantim, Odebrecht, Banco do Brasil, Itaú, Imobrás, SOMEK, Zagope-Andrade Gutierrez, Construtora Grão Pará, Consultan, Invesplano, GTA Imobiliário, CPB, MTS, Rede Record, TV Globo, TOTVS, WEG, Boticário, Gerwed, AMIL (entretanto adquirida por grupo norte-americano e que, em Portugal, comprou os hospitais HPP, pertencentes ao Grupo CGD).

3.3. Turismo

O Brasil é um mercado importante da procura externa para Portugal, tendo representado 3,3% do total das receitas do setor em 2015, atingindo 374,8 milhões de Euros (-0,5% face a 2014). No mesmo ano foram também contabilizadas cerca de 1,3 milhões de dormidas (-3,4% face a 2014), sendo que 3,8% do total das dormidas em Portugal tiveram origem no mercado brasileiro.

Nos últimos cinco anos, as dormidas provenientes do turismo brasileiro cresceram, em média, 6,9% ao ano enquanto, por outro lado, as receitas contraíram, em média, 0,4% ao ano. De sublinhar que no 1º trimestre do ano em curso constata-se, em termos homólogos, quebras muito relevantes tanto ao nível das dormidas (-8,2%), como das receitas (-9,6%).

Turismo do Brasil em Portugal

	2011	2012	2013	2014	2015	Var % 15/11 ^a	2015 jan/mar	2016 jan/mar	Var % 16/15 ^b
Receitas ^c (10 ⁶ €)	382,0	399,8	404,4	376,5	374,8	-0,4	90,8	82,2	-9,6
% do total ^d	4,7	4,6	4,4	3,6	3,3	--	5,1	4,3	--
Dormidas ^c (10 ³)	1 015,5	1 139,4	1 209,5	1 361,5	1 314,7	6,9	268,1	246,2	-8,2
% do total ^d	3,9	4,2	4,1	4,2	3,8	--	5,4	4,3	--

Fontes: Instituto Nacional de Estatística (INE); Banco de Portugal (BdP)
 Notas: (a) Média aritmética das taxas de crescimento anuais no período 2011-2015
 (b) Taxa de variação homóloga 2015-2016
 (c) Inclui apenas a hotelaria global
 (d) Refere-se ao total de estrangeiros

Segundo o Instituto de Turismo de Portugal (ITP)⁵, em termos de representatividade das diversas regiões na captação de fluxos, os turistas brasileiros escolheram, preferencialmente, as seguintes: Área Metropolitana de Lisboa (com cerca de 785,2 mil dormidas registadas em 2015, -5,4% face ao ano anterior), o Norte (279,5 mil, -3,2%), o Centro (126,5 mil, +3,7%), o Algarve (51,3 mil, +7%), o Alentejo (43,9 mil, +6%), a Madeira (24,8 mil, -7,5%) e os Açores (4,6 mil, +17%).

De referir que os hotéis concentraram 89% das dormidas de turistas brasileiros em 2015 (sobretudo hotéis de 4 e 3 estrelas, com respetivamente 42% e 25% do total).

Ainda segundo a mesma fonte, Portugal representou o quarto mercado europeu de destino dos turistas brasileiros (cerca de 10% do total em 2014), depois do mercado francês (24%), espanhol e italiano (12%, cada).

4. Condições Legais de Acesso ao Mercado

4.1. Regime de Importação

O mercado brasileiro caracterizou-se, até ao início dos anos 90, por um forte protecionismo e intervenção estatal. O programa de reformas de 1990 consagrou uma progressiva liberalização das trocas comerciais e a integração da economia brasileira a nível internacional. No entanto, este país continua a apresentar uma forte (e complexa) carga fiscal incidente sobre a importação da maioria dos produtos.

A exportação da generalidade das mercadorias para o mercado brasileiro não está sujeita, como regra, a restrições (licenciamento). Existem, não obstante, [algumas exceções para as quais é necessária a observância de determinados requisitos](#) e a [autorização prévia das autoridades competentes](#) (licenciamento não automático).

A lista de produtos sujeitos a autorização prévia pode ser consultada no [Portal SISCOEMEX](#).

A entrada de determinado tipo de bens, como brinquedos e coco ralado, pode ainda estar dependente de [procedimentos especiais na autorização](#).

Os procedimentos de importação estão informatizados através do [Sistema Integrado de Comércio Exterior](#), denominado [SISCOEMEX](#) que, por via do estabelecimento de um fluxo único das várias informações, promove a integração das atividades de registo, acompanhamento e controlo das operações de importação/exportação. No entanto, apesar da desmaterialização da tramitação administrativa, a demora do processo de desalfandegamento das importações manteve-se. Na prática,

⁵ Turismo de Portugal – “Brasil - Mercado em Números dezembro de 2015” (fevereiro 2016).

os produtos importados por via marítima podem ficar até 2 semanas na cadeia burocrática, entre obrigações de armazenamento prévio ao pedido da licença, registos de importação, desalfandegamento e a sua retirada efetiva do armazém.

Em abril de 2014 foi lançado o [Programa Portal Único de Comércio Exterior](#), que visa unificar os sistemas dos vários órgãos envolvidos nos processos de importação e exportação (reduzindo assim a carga burocrática) e funcionar como um “guichet único” para acompanhar as operações de exportação e importação no país. Prevendo-se que este Programa esteja a funcionar plenamente apenas em 2017, foi dado um primeiro passo com o lançamento do [Portal SISCOMEX](#) que, numa fase inicial, tem por objetivo simplificar o acesso aos serviços e sistemas governamentais e à legislação pertinentes às operações de comércio exterior.

No que se refere aos procedimentos de importação propriamente ditos, todas as mercadorias importadas no mercado brasileiro estão sujeitas a [Despacho Aduaneiro](#), processado pelas entidades alfandegárias com base nas informações constantes na Declaração de Importação.

O sistema administrativo das importações brasileiras encontra-se regulado na [Portaria n.º 23, de 14 de julho de 2011](#), e compreende as seguintes modalidades:

- Importações Dispensadas de Licenciamento;
- Importações Sujeitas a Licenciamento Automático;
- Importações Sujeitas a Licenciamento Não Automático.

Como já foi referido, regra geral, as importações brasileiras estão [dispensadas de licenciamento](#), devendo os importadores somente providenciar o registo da Declaração de Importação no Siscomex, com o objetivo de dar início aos procedimentos de Despacho Aduaneiro junto à unidade local da Receita Federal do Brasil.

As importações sujeitas a licenciamento ocorrem nos casos em que a legislação exija a autorização prévia de órgãos específicos da Administração Pública para a importação de determinadas mercadorias, ou quando condições específicas devam ser observadas. Nesses casos, o importador deve solicitar uma Licença de Importação com a antecedência prevista na legislação.

O [licenciamento dos bens](#) (Licença de Importação - LI) pode ser automático ou não automático ([bens sujeitos à Licença de Importação não automática ou proibição na importação](#)).

Os interessados podem consultar o [fluxograma](#) no Portal brasileiro de comércio exterior *Invest & Export* Brasil, que sistematiza o processo para a importação de mercadorias no Brasil.

Importa, ainda, destacar que a exportação de produtos portugueses de origem animal (ex.: produtos da pesca; carnes; leites e seus produtos) para o Brasil está sujeita ao cumprimento dos seguintes procedimentos:

- O estabelecimento português deve entrar em contacto com os serviços veterinários da respetiva região ([Direções de Serviços de Alimentação e Veterinária Regionais – DSAVR](#)) da Direção-Geral de Alimentação e Veterinária (DGAV);
- As DSAVR efetuam um controlo ao estabelecimento para verificação do cumprimento dos requisitos legais (a legislação brasileira agropecuária pode ser consultada no [SISLEGIS](#));
- Se o operador observar as regras em vigor, a DGAV solicita à autoridade brasileira a inclusão do estabelecimento na [lista de estabelecimentos aprovados a exportar para o Brasil](#), disponível no [portal do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento do Brasil \(MAPA\)](#);
- O operador pode, então, iniciar o processo de registo de rótulos, ou seja, para cada tipo produto que pretende exportar para o Brasil, necessita de preencher [um formulário](#). Este formulário tem que ser conferido e assinado pela respetiva DSAVR antes do operador o submeter à apreciação da autoridade brasileira (MAPA). A decisão pode ser de aprovação, aprovação com restrições (neste caso não há necessidade de novo pedido, o rotulo está aprovado devendo, no entanto, na prática, ser corrigida a restrição indicada) ou de reprovação (neste caso o exportador tem que fazer novo pedido de registo de rótulo, corrigindo o "erro", e juntando em anexo a folha com a reprovação anterior para evitar nova análise aprofundada do processo). Os rótulos aprovados têm uma validade de 10 anos a partir da data de aprovação, sendo esta validade conferida no momento da solicitação da Licença de Importação;
- Quando concluído o processo de inclusão do estabelecimento na lista de estabelecimentos habilitados a exportar para o Brasil e registo do rótulo, o operador pode começar a exportar, solicitando o certificado de salubridade à DSAVR.

Os interessados devem consultar a informação disponível no *site* da DGAV sobre os [procedimentos de exportação para o Brasil](#).

No que respeita aos vinhos, interessa referir que os exportadores já não necessitam de se “cadastrar”/registar previamente junto do MAPA, nem de proceder ao registo das respetivas marcas/rótulos desde novembro de 2009.

De qualquer modo, mantém-se a premissa de que a autorização para a importação de vinhos só é concedida se os mesmos respeitarem o previsto na legislação específica, nomeadamente, na [Lei n.º 7.678/88, de 8 de novembro](#) (dispõe sobre a produção, circulação do vinho e derivados da uva e do vinho) e no [Decreto n.º 8.198/2014, de 20 de fevereiro](#) (regulamenta a Lei n.º 7.678).

Relativamente aos problemas de genuinidade de azeite exportado de Portugal, embalado no Brasil e comercializado como sendo azeite genuíno, induzindo fraudulentamente o consumidor em erro, foi assinado, entre os Ministérios da Agricultura dos dois países, um Memorando para cooperação no

domínio do azeite, o qual tem por objetivo promover a cooperação institucional e técnica entre Portugal e o Brasil, tendo em vista o cumprimento pelos agentes económicos dos dois países das normas que regulam o controlo da qualidade do produto, em conformidade com os respetivos Direitos internos.

Segundo o mencionado memorando, o controlo de qualidade do azeite é feito à saída de Portugal por laboratórios acreditados pelos dois países, implicando uma relevante cooperação institucional e técnica dos agentes económicos, para que nos processos de produção, análise, certificação, rotulagem e comercialização sejam respeitadas as normas de qualidade. A “Lista de Laboratórios Estrangeiros Ativos para Classificação do Azeite de Oliva e Óleo de Bagaço de Oliva” na importação encontra-se disponível no [site do MAPA](#).

Apesar das particularidades supra referidas alerta-se que, de um modo geral, no que se refere à exportação de produtos de origem animal e de produtos de origem vegetal, as empresas portuguesas devem inquirir, respetivamente, junto da [Divisão de Internacionalização e Mercados](#) e [Direção de Serviços de Sanidade Vegetal](#), da [Direção-Geral de Alimentação e Veterinária \(DGAV\)](#) em Portugal, sobre a possibilidade de realizar a exportação dos seus produtos para o Brasil. Com efeito, pode não ser possível, desde logo, exportar produtos de origem animal ou vegetal para este mercado pelo facto de Portugal não se encontrar habilitado para a exportação (necessidade de acordo entre os serviços veterinários/fitossanitários de Portugal e país de destino no que se refere ao procedimento e/ou modelo de certificado sanitário/fitossanitário).

As barreiras não tarifárias às exportações do setor agroalimentar podem ser consultadas no [portal GlobalAgriMar](#) (ver tema “Facilitação da Exportação” e, depois, “[Constrangimentos à Exportação](#)”), do [Gabinete de Planeamento, Políticas e Administração Geral – GPP](#), do [Ministério da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural](#). O facto de determinados produtos não constarem na lista de constrangimentos à exportação não significa que Portugal esteja habilitado a exportar para o mercado. Eventualmente, pode nunca ter existido qualquer intensão de exportação por parte de empresas portuguesas, condição indispensável para a DGAV iniciar o processo de habilitação. Para melhor entendimento das várias fases destes processos, consultar, no referido Portal, as apresentação esquemática sobre os processos de habilitação para a exportação de:

- [Animais, produtos animais e produtos/subprodutos de origem animal](#);
- [Vegetais e produtos vegetais com risco fitossanitário](#).

A documentação (geral/específica) exigida para a importação das mercadorias neste país pode ser consultada no tema [Procedures and Formalities](#) no site da [Market Access Database \(MADB\)](#)⁶. É possível clicar nos *itens* aí referidos para obter informação pormenorizada sobre cada uma das formalidades/documentos, chamando-se especial atenção para a coluna *Country Overview*, na qual podem ser consultadas variadíssimas matérias, de entre as quais se destacam os procedimentos

⁶ Os critérios de pesquisa são os seguintes: seleccionar o mercado - *Country /Brazil*; introduzir as posições pautais dos produtos - *Product Code* - a 4 ou 6 dígitos e clicar em *Search*.

aduaneiros de importação, a licença de importação, as importações de produtos de origem animal e vegetal, as regras de rotulagem e embalagem e a regulamentação técnica de produtos.

Quanto aos direitos alfandegários, o Brasil adotou, em 1 de janeiro de 1995, a [Nomenclatura Comum do Mercosul \(NCM\)](#), baseada no Sistema Harmonizado de Designação e Codificação de Mercadorias (SH).

Com a entrada em vigor da [Tarifa Externa Comum \(TEC\) do Mercosul](#), o Brasil passou a aplicar, na maioria dos produtos importados de países terceiros, o mesmo nível de direitos alfandegários que os restantes parceiros, sendo que, periodicamente, são estabelecidas exceções (redução ou aumento temporário do imposto de importação) para os produtos considerados sensíveis.

O Imposto de Importação (II), cobrado aquando da entrada do produto no mercado, é calculado numa base *ad valorem* sobre o valor CIF das mercadorias e pode ser consultado no *site* [MADB](#), no tema [Tariffs](#), selecionando o mercado e o produto / código pautal⁷.

Para além das imposições alfandegárias, há, também, lugar ao pagamento dos seguintes encargos:

- [Imposto sobre Produtos Industrializados \(IPI\)](#) – Em geral, é calculado numa base *ad valorem*, embora para certos produtos seja calculado por um valor fixo por unidade.
- [Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços \(ICMS\)](#) – As taxas deste tributo, similar ao IVA, variam entre 7% e 25% consoante o Estado de destino das mercadorias (em São Paulo, por exemplo, a taxa normal é de 18%, com exceção de alguns produtos previstos em lei própria). Ao contrário do imposto pago no desembarço aduaneiro que, como já foi referido, varia de Estado para Estado, desde 1 de janeiro de 2013 que vigora uma [taxa única de 4%](#), em todos os Estados, nas operações interestaduais seguintes à respetiva importação. Esta taxa única incide sobre a primeira saída da mercadoria do estabelecimento importador para outro estado da Federação, desde que a mercadoria não tenha sofrido industrialização ou, apesar de submetida a industrialização, o conteúdo de importação seja superior a 40%, e não se aplica nas operações interestaduais com mercadorias importados do exterior que [não tenham similar nacional](#).
- [Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Património do Servidor Público \(PIS Importação\)](#) – Taxa de 2,1% para a quase totalidade das importações (esta taxa aumentou de 1,65% para 2,1% a partir de 1 de maio de 2015);
- [Contribuição para o Financiamento da Segurança Social \(COFINS Importação\)](#) – Taxa de 9,65% para a quase totalidade das importações (esta taxa aumentou de 7,60% para 9,65% a partir de 1 de maio de 2015).

A aplicação destes impostos é feita em cascata, ou seja, de forma cumulativa:

- Valor CIF x II (Imposto de Importação) = A

⁷ Os critérios de pesquisa são os mesmos utilizados para obter a documentação (geral/específica) exigida para a importação das mercadorias.

- A x IPI (Imposto sobre Produtos Industriais) = B
- B + PIS Importação + COFINS Importação (determinados pela tabela oficial da Receita Federal e calculados sobre o valor CIF das mercadorias) = C
- C + taxa do SISCOMEX (sistema informático de comércio exterior, que é [de R\\$ 185,00 por DI - Declaração de Importação mais R\\$ 29,50 por cada adição à DI](#), ou seja, por cada produto com classificação pautal diferente) = D
- D / ICMS (Imposto sobre a Circulação de Bens e Serviços, calculado por dentro, i. e. no caso do ICMS ser 18% – taxa normal no Estado de São Paulo, em vez de multiplicar por 18%, divide por 0,82; já se o ICMS for 17% – taxa normal na maioria dos restantes Estados, divide por 0,83) = Resultado dos principais impostos aduaneiros.

A este resultado há ainda que adicionar taxas aduaneiras, tais como:

- FRMM – Frete para Renovação da Marinha Mercante, que é 25% sobre o valor do frete marítimo e que deve entrar na base de cálculo do ICMS;
- Taxa de capatazia;
- Taxa de armazenagem;
- Desconsolidação;
- Desembaraço;
- Serviços do despachante;
- Liberação do *bill of lading*.

Os interessados podem, igualmente, aceder ao [Simulador do Tratamento Tributário e Administrativo das Importações \(Receita Federal\)](#) para identificar o exato valor dos encargos de importação e eventuais exigências administrativas na entrada de produtos.

Quer o *site Market Access Database* quer o Simulador do Tratamento Tributário e Administrativo das Importações (Receita Federal) podem não refletir o aumento ou redução temporária do imposto de importação (exceções à TEC fixadas pelo Brasil) pelo que os interessados devem confirmar se a taxa do imposto de importação que consta na base de dados/simulador é a que figura nas seguintes listas disponíveis no *site* do [MICS – Ministério da Indústria, Comércio e Serviços](#):

- [Lista de Exceções à TEC](#)

De acordo com a Decisão do Conselho do Mercado Comum (CMC) n.º 26/15, o Brasil está autorizado a manter, até 31 de dezembro de 2021, uma lista de 100 códigos NCM como [exceções à TEC](#). Estas exceções temporárias podem, contemplar taxas inferiores ou superiores às da TEC, desde que não ultrapassem os níveis tarifários consolidados na OMC – Organização Mundial do Comércio.

- [Lista de Exceções de BIT – Bens de Informática e Telecomunicações \(Ex-Tarifário\)](#)

O [regime de Ex-Tarifário](#) consiste na redução temporária da taxa do imposto de importação dos bens assinalados como BIT (Bens de Informática e Telecomunicações) e/ou BK (Bens de Capital) na TEC, quando não houver a produção nacional (à data de atualização deste documento não existia qualquer Lista de Exceções de BK – Bens de Capital disponível no *site* do MICS).

- [Lista de reduções temporárias por desabastecimento \(Resolução GMC n.º 08/2008\)](#)

Nos casos de problemas decorrentes de desequilíbrios de oferta e de procura em qualquer dos países membros do MERCOSUL, estes podem utilizar o mecanismo de redução tarifária temporária das taxas de importação da TEC previsto pela [Resolução n.º 08/08, do Grupo Mercado Comum \(GMC\)](#), de forma unilateral e com limites quantitativos.

As Resoluções da CAMEX (Câmara de Comércio Exterior) relativas às exceções à Tarifa Externa Comum do MERCOSUL podem ser consultadas no respetivo [site](#).

Ainda no âmbito tarifário cumpre destacar que, após anos de suspensão do diálogo, em maio de 2010 a União Europeia e o MERCOSUL (do qual faz parte o Brasil) retomaram as negociações para a [celebração de um Acordo de Associação Inter-Regional](#) que, entre outras matérias, visa a eliminação das barreiras tarifárias, não existindo, no entanto, data certa para a conclusão das mesmas. Atualmente as partes estão a analisar as [propostas sobre comércio de bens e serviços e contratação pública trocadas recentemente a 11 de maio de 2016](#) (informações atualizadas sobre as negociações em curso podem ser obtidas no [Overview of Ongoing Negotiations](#)).

Por último, dada a sua relevância para a comercialização dos produtos importados, importa referir que no Brasil a proteção do consumidor encontra-se regulada na [Lei n.º 8.078, de 12 de setembro de 1990](#) (consultar *site* da [SEBRAE](#)) e a atividade de representação ou agência comercial encontra-se regulada na [Lei n.º 4.886, de 9 de dezembro de 1965](#) (com alterações posteriores).

4.2. Regime de Investimento Estrangeiro

No Brasil, o investimento externo é regulado pelas [Lei n.º 4.131, de 3 de setembro de 1962](#) (com alterações posteriores) e regulamentado pelo [Decreto n.º 55.762, de 17 de fevereiro de 1965](#) (com alterações posteriores).

Com as alterações introduzidas na Constituição em 1995 foi eliminada a distinção entre capital nacional e estrangeiro. Os investidores apenas necessitam de registar a transação no Banco Central do Brasil (BCB).

A maioria das áreas de atividade está aberta à iniciativa privada, com exceção de alguns setores, como por exemplo: [desenvolvimento de atividades envolvendo energia nuclear, correios e telégrafos, assistência à saúde \(salvo alguns casos previstos em lei\) e indústria aeroespacial \(lançamento e colocação em órbita de satélites, veículos, aeronaves, entre outras atividades\)](#).

Todos os investimentos estrangeiros estão sujeitos a registo no [Banco Central do Brasil \(BCB\)](#) e toda a informação prestada integra o [Sistema de Informações do Banco Central \(SISBACEN\)](#).

O [capital estrangeiro deve, assim, ser registado no BCB](#), através do Sistema de Registo Declaratório Eletrónico de Investimento Externo Direto ([Módulo RDE-IED](#)).

O registo do investimento é efetuado em declarações prestadas pelo representante da empresa brasileira recetora e/ou pelo representante do investidor externo, através do Módulo RDE-IED, no prazo de 30 dias após o correspondente ato societário ou, no caso de transferência de participação, do contrato de compra e venda ou da liquidação de contrato de câmbio, ou dos registos das transferências internacionais em moeda nacional.

O retorno do capital investido pode concretizar-se a qualquer momento, sem necessidade de autorização prévia, sendo que os montantes superiores ao registado são considerados ganhos de capital em benefício do investidor estrangeiro e, portanto, sujeitos a uma taxa de 15% de Imposto de Renda retido na fonte e à aprovação do Banco Central ([pessoa coletiva ou pessoa jurídica, consultar resposta à pergunta 28](#) / [pessoa singular ou pessoa física, consultar resposta à pergunta 117](#)).

Por sua vez, os lucros e dividendos pagos, creditados, entregues, empregados ou remetidos pela empresa domiciliada no Brasil aos sócios ou acionistas domiciliados no exterior (pessoa singular) não estão sujeitos a Imposto de Renda ([pessoa singular ou pessoa física, consultar resposta à pergunta 117](#)).

Com vista à abertura de uma empresa no Brasil os interessados necessitam de constituir uma sociedade, o que implica a escolha de uma forma jurídica de acordo com o direito brasileiro, a elaboração dos respetivos estatutos ou contrato social e o registo da sociedade recém-criada, entre outras formalidades. A lei brasileira não impõe um limite mínimo de capital social para a constituição das duas principais formas de sociedades: sociedade limitada e sociedade anónima. Também não é obrigatório o recurso a sócio brasileiro, embora em muitas situações, a inclusão de parceiro local possa ser considerada uma mais-valia para o bom sucesso do negócio, ainda que não signifique qualquer simplificação de procedimentos legais a observar.

De destacar que em julho de 2011 a [Lei n.º 12.441](#) alterou o Código Civil brasileiro para permitir a constituição de empresas individuais de responsabilidade limitada (EIRELI), tendo a mesma entrado em vigor a 9 de janeiro de 2012. A empresa individual de responsabilidade limitada é constituída por uma única pessoa titular da totalidade do capital social, que não pode ser inferior a 100 vezes o maior salário mínimo vigente no País ([2016 = R\\$ 880,00/mês](#)).

No que se refere à abertura de uma sucursal/filial no Brasil, devido à burocracia associada ([Instrução Normativa DREI n.º 7, de 5 de dezembro de 2013](#)), não é recomendável o estabelecimento de uma filial mas sim a criação de uma empresa de raiz/independente.

Para além da criação da empresa pode ser também necessário respeitar regulamentação específica para o exercício da atividade em causa (alvará de funcionamento).

De referir, ainda, que de acordo com as normas em vigor para a concessão de vistos podem existir montantes mínimos obrigatórios de investimento em moeda estrangeira, caso do visto permanente para investidor estrangeiro (investimento, em moeda estrangeira, em montante igual ou superior a R\$ 150 mil) e do visto para administrador, gerente, diretor ou executivo (investimento, em moeda estrangeira, em montante igual ou superior a R\$ 600 mil, ou R\$ 150 mil e geração de 10 novos empregos nos dois anos posteriores).

No que respeita a questões do âmbito da propriedade industrial (nomeadamente da proteção de marcas, patentes, *design*), as empresas podem consultar, no *site* do [Instituto Nacional de Propriedade Industrial](#) português, na página [Fichas de Mercado de Apoio à Exportação](#), a Ficha [Marcas e Patentes: Brasil](#).

O *site Invest & Export Brasil* disponibiliza um Guia sobre investimento no país em espanhol ([La Inversión Extranjera en Brasil](#)), atualizado em março de 2015, que contém, entre outras, informação sobre as várias formas de estabelecimento no Brasil, o regime laboral e o regime fiscal. No mesmo *site* são, igualmente, disponibilizadas as seguintes publicações com datas recentes mas apenas em inglês:

- [Brazilian Official Guide on Investment Opportunities 2014](#), da autoria conjunta do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, da Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (APEX) e do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae);
- [Série How To Do Business and Invest in Brazil](#), parceria entre o Departamento de Promoção Comercial e Investimentos do Ministério das Relações Exteriores brasileiro com a *American Chamber of Commerce for Brazil* (disponibiliza, entre outras informações, [Guias específicos sobre alguns Estados/cidades do Brasil](#), sendo o registo/acesso às publicações gratuito).

Por sua vez, no [site da Agência Paulista de Promoção de Investimentos e Competitividade \(Investe São Paulo\)](#) os interessados também podem aceder ao [Guia Legal para o Investidor Estrangeiro no Brasil, de 2014 e em português](#).

Relativamente aos incentivos e no que se refere especificamente ao investimento estrangeiro, os apoios existentes são decididos, essencialmente, a nível estadual e local, tendo em conta a qualidade do investimento e o impacto para a região.

A [APEX – Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos](#), enquanto entidade responsável pela angariação Investimento Direto Estrangeiro, pode ser abordada por potenciais promotores externos interessados em investir no Brasil.

Importa ainda realçar que, por forma a promover e a reforçar o desenvolvimento das relações de investimento entre os dois países, foram celebrados os seguintes acordos/convenções entre Portugal e o Brasil:

- [Acordo de Cooperação no Domínio do Turismo](#) (em vigor desde 1 de novembro de 2008);
- [Acordo sobre a Facilitação de Circulação de Pessoas](#) (em vigor desde 5 de dezembro de 2007);
- [Acordo sobre a Contratação Recíproca de Nacionais](#) (em vigor desde 20 de outubro de 2003);
- [Convenção para Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre o Rendimento](#) (em vigor desde 5 de Outubro de 2001);
- [Acordo de Segurança Social ou Seguridade Social](#) (em vigor desde 16 de abril de 1995), bem como o respetivo [Acordo de Alteração](#) (em vigor desde 1 de maio de 2013); [Acordo sobre a Promoção e a Proteção Recíproca de Investimentos](#) (que aguarda a troca de instrumentos de ratificação para a respetiva entrada em vigor).

Por último, no que se refere ao novo quadro de apoio comunitário [Portugal 2020](#), o mesmo assenta em [quatro eixos temáticos essenciais](#): [competitividade e internacionalização](#); inclusão social e emprego; capital humano; e sustentabilidade e eficiência no uso de recursos.

No âmbito dos apoios diretos à internacionalização das PME são apoiadas operações nas seguintes tipologias de ação:

- Projetos conjuntos que promovam a presença internacional com sucesso das PME: ações de promoção e *marketing* internacional e ações que visem o conhecimento e acesso a novos mercados, incluindo a utilização de canais digitais e privilegiando os mercados/segmentos não tradicionais. Esta tipologia de projetos permite que as empresas se capacitem para a internacionalização, pelo que os principais beneficiários são as empresas diretamente participantes;
- Projetos individuais: ações que visem o conhecimento e a prospeção dos mercados;
- Projetos simplificados de internacionalização: apoio à aquisição de serviços de consultoria na área de prospeção de mercado.

No seu processo de internacionalização as empresas podem, também, recorrer ao [Seguro de Investimento Português no Estrangeiro da COSEC \(Formas de Realização de Investimento / Riscos e Coberturas\)](#).

Para mais informação sobre mercado brasileiro consulte o [site da aicep Portugal Global](#).

5. Informações Úteis

Formalidades na Entrada

Passaporte: exigido a todos os visitantes.

Visto: os portugueses que viajam em negócios ou em turismo, estão dispensados de visto, podendo permanecer no país por 90 dias (prazo prorrogável por mais 90 dias).

Para trabalhar no Brasil (seja como trabalhador com contrato de trabalho, investidor ou outro), é obrigatória a obtenção de um visto.

Hora Local

O território brasileiro abrange três fusos horários, sendo UTC menos três horas a hora oficial do Brasil. Este fuso horário inclui o Distrito Federal (Brasília), os Estados de Minas Gerais, Goiás, Tocantins e todos os Estados banhados pelo Oceano Atlântico.

Assim, face a Portugal, o Brasil tem menos duas a quatro horas, em termos de fuso horário, dependendo dos horários de inverno e de verão nos dois países. Na hora de inverno de Portugal, o Brasil tem menos duas horas e na hora de verão tem menos quatro horas. Note-se que as mudanças de horário nos dois países não coincidem, pelo que haverá diferentes situações em dois curtos períodos.

Horários de Funcionamento

Serviços Públicos:

8h00 às 18h00 (segunda-feira a sexta-feira)

Obs: o horário de atendimento ao público varia de acordo com a repartição pública.

Bancos:

10h00 – 16h00 (segunda-feira a sexta-feira);

Obs: as caixas eletrónicas funcionam todos os dias até às 22h00. Em algumas cidades, pode haver pequenas variações de horário de funcionamento das agências.

Comércio:

Dependendo da localização, certos estabelecimentos podem ter horários diferenciados e alguns funcionam 24 horas.

Tradicional

09h00 às 18h00 (segunda-feira a sábado)

Centros comerciais

10h00 às 22h00 (segunda-feira a sábado)

14h00 às 20h00 (domingo - São Paulo)

13h00 às 21h00 (domingo - Rio de Janeiro)

Supermercados

07h00 às 22h00 (segunda-feira a domingo)

Feriados

Data Fixa:

1 de janeiro – Dia de Ano Novo

21 de abril – Dia de Tiradentes

1 de maio – Dia do Trabalhador

7 de setembro – Dia da Independência

12 de outubro – Dia de Nossa Senhora Aparecida

2 de novembro – Dia de Finados

15 de novembro – Proclamação da República

25 de dezembro – Dia de Natal

Data Móvel:

Terça-feira de Carnaval

Quarta-feira de Cinzas (até o meio-dia)

Sexta-feira Santa

Corpo de Deus (Corpus Christi)

Locais:

20 Janeiro – Fundação da cidade do Rio de Janeiro

25 Janeiro – Fundação da cidade de São Paulo

23 Abril – São Jorge (Rio de Janeiro)

09 Julho – Revolução Constitucionalista (São Paulo)

20 Novembro – Dia da Consciência Negra (cidades de São Paulo e Rio de Janeiro)

Corrente Elétrica

Estado de São Paulo – 127 / 220v

Estado do Rio de Janeiro – 127 / 220v

Brasília (DF) – 220 / 380v

As voltagens indicadas, representam as correntes elétricas disponíveis em cada Estado, consoante a ligação seja feita: monofásica ou trifásica.

A frequência da rede elétrica no país inteiro é de 60 Hz (diferente de Portugal que é de 50 Hz).

A consulta à tensão elétrica e frequência nos demais Estados poderá ser feita através do *site* da ABRADÉE – Associação Brasileira de Distribuidoras de Energia – <http://abradee.org.br>

Pesos e Medidas

O Brasil adota o Sistema Internacional de Unidades.

6. Contactos Úteis

Em Portugal

Embaixada do Brasil

Estrada das Laranjeiras, 144

1649-021 Lisboa

Tel.: +351 217 248 510/522 | Fax: +351 217 267 623

E-mail: gabinete@embaixadabrasil.pt | <http://lisboa.itamaraty.gov.br>

aicep Portugal Global

Rua Júlio Dinis, 748 9º Dto.

4050-012 Porto – Portugal

Tel.: +351 226 055 300

E-mail: aicep@portugalglobal.pt | <http://www.portugalglobal.pt>

aicep Portugal Global

Av. 5 de Outubro, 101

1050-051 Lisboa – Portugal

Tel.: +351 217 909 500

E-mail: aicep@portugalglobal.pt | <http://www.portugalglobal.pt>

Consulado Geral do Brasil em Lisboa

Rua António Maria Cardoso, nº 39 Chiado

1200-026 Lisboa

Tel.: +351 211 358 587 | Fax: +351 211 320 516

E-mail: cg.lisboa@itamaraty.gov.br | <http://www.consulado-brasil.pt>

Consulado Geral do Brasil no Porto

Avenida de França, 20 – 1º

4050-275 Porto

Tel.: +351 226 084 070 | Fax: +351 226 084 089

E-mail: consular.porto@itamaraty.gov.br | <https://porto.itamaraty.gov.br>

Câmara de Comércio e Indústria Luso-Brasileira
Av. Conselheiro Fernando de Sousa, nº 11 - 6º
1070-072 Lisboa
Tel.: +351 213 477 475 | Fax: +351 213 424 388
E-mail: geral@ccilb.net | <http://www.ccilb.net>

COSEC – Companhia de Seguro de Créditos, SA
Direção Internacional
Av. da República, n.º 58
1069-057 Lisboa
Tel.: +351 217 913 700 | Fax: +351 217 913 720
E-mail: cosec@cosec.pt | <http://www.cosec.pt>

No Brasil

Embaixada de Portugal em Brasília
Avenida das Nações, Quadra 801, Lote 2
CEP 70 402-900 Brasília - DF
Tel.: +55 61 3032 9600 | Fax: +55 61 3032 9642
E-mail: embaixadadeportugal@embaixadadeportugal.org.br | <http://www.embaixadadeportugal.org.br>

aicep Portugal Global - Agência para o Investimento e Comércio Externo
Edif. do Consulado Geral de Portugal
Rua Canadá, 324 - Jardim Europa
01436-000 São Paulo - SP
Tel.: +55 11 3084 1830 / 1832 | Fax: +55 11 3061 0595
E-mail: aicep.s.paulo@portugalglobal.pt | <http://www.portugalglobal.pt>

Escritório do Turismo de Portugal em S. Paulo
Consulado-Geral de Portugal
Rua Canadá, 324
01436-000 São Paulo - SP
Tel.: +55 11 3084 1830 | Fax: +55 11 3061 0595
Bernardo Barreiros Cardoso – Coordenador (Tel.: +55 11 3084 1830)
E-mail: bernardo.cardoso@turismodeportugal.pt

Secção Consular da Embaixada em Brasília
SES - Av. das Nações, Quadra 801, Lote 02
70402-900 Brasília - DF
Tel.: +55 61 3032 9600 | Fax: +55 61 3032 9627
E-mail: brasil@rne.pt

Consulado Geral de Portugal em São Paulo

Rua Canadá, 324 - Jardim América

01436-000 São Paulo - SP

Tel.: +55 11 3084 1800 | Fax: +55 11 3085 5633

E-mail: duvidas@spaulo.dgaccp.pt | www.consuladoporlugalsp.org.br/

Consulado Geral de Portugal no Rio de Janeiro

Av. Marechal Câmara, 160 - Sala 1809 - Ed. Orly

CEP 20020-080 Rio de Janeiro - RJ

Tel.: +55 21 3861 6450 | Fax: +55 21 2544 3382

E-mail: mailconsulado@rio.dgaccp.pt | www.consuladoporlugalrj.org.br/

Consulado Geral de Portugal em Salvador

Avenida Tancredo Neves, nº 1632,

Edifício Salvador Trade Center, Torre Norte,

1º andar, Salas 109 a 113, Caminho das Árvores

CEP 41820-020 Salvador - Baía

Tel.: +55 71 3341 0636 / 3341 1499 | Fax: +55 71 3341-2796

E-mail: consulado.bahia@mne.pt

Consulado de Portugal em Belo Horizonte

Av. Álvares Cabral, 1366, 9º andar

CEP 30170-001 Lourdes - Belo Horizonte - Estado de Minas Gerais

Tel.: +55 31 3348 5750 | Fax: +55 91 3348 5790

E-mail: mail@cnbel.dgaccp.pt | www.consuladoporlugalbh.org.br

Vice-Consulado de Portugal em Belém

Rua dos Mundurucus, 3100 - salas 1202 e 1203

Edifício Metropolitan Tower

CEP 66040-270 Belém - Pará

Tel.: +55 91 3241 6666 | Fax: +55 91 3241 1181

E-mail: mail@belempara.dgaccp.pt | <http://www.vcportugalbelem.org.br/>

Vice-Consulado de Portugal em Curitiba

Rua Visconde do Rio Branco, 1358, 20ª andar, Centro

CEP 80420-210 Curitiba - PR

Telefone: +55 41 3233 4211 | Fax: +55 41 3222 1190

E-mail: mail@curitiba.dgaccp.ptb

Vice-Consulado de Portugal em Fortaleza
Edifício Metropolitan Empresarial
Rua Desembargador Leite Albuquerque 635 Sala 402
CEP 60150-150 Fortaleza - Ceará
Tel.: +55 85 3261 7420 | Fax: +55 85 3261 7421
Telemóvel de Emergência: +55 85 8867 9850
E-mail: fortaleza@mne.pt

Vice-Consulado de Portugal em Porto Alegre
Rua Prof. Annes Dias, 112, 10º andar
CEP 90020-090 Porto Alegre - RS
Tel.: +55 51 3061 5767 | Fax: +55 51 3228 0087
E-mail: mail@cnpal.dgacpp.pt | <http://www.consuladoporlugalportoalegre.com/>

Vice-Consulado de Portugal em Recife
Av. Engº Domingos Ferreira, 4060 - 6º andar - Boa Viagem
CEP 51021-040 Recife - PE
Tel.: +55 81 3327 1514 | Fax: +55 81 3327 1514
Telemóvel de Emergência: +55 81 9974 6894
E-mail: mail@cnrec.dgacpp.pt

Entidades Oficiais Brasileiras

Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA
SIA Trecho 5, Área Especial, 57
CEP 71205-050 Brasília - DF
Tel.: +55 61 3462 – 6000 | Fax: +55 61 3462 - 5772
<http://portal.anvisa.gov.br>

Agência Brasileira de Promoção de Exportação e Investimentos - APEX
Setor Bancário Norte – SBN Quadra 2 – Lote 11
Ed. Apex-Brasil
CEP 70040-020 Brasília - DF
Tel.: +55 61 3426 0202
E-mail: apexbrasil@apexbrasil.com.br | <http://www.apexbrasil.com.br/>

Câmara de Comércio Exterior - CAMEX
Esplanada dos Ministérios, Bloco J – 7º Sala 700
CEP 70053-900 Brasília - DF
Tel.: +55 61 2027 7906/2027-7090
<http://www.camex.gov.br>

Instituto Nacional da Propriedade Industrial - INPI
Rua São Bento, 1 - Centro - RJ - CEP: 20090-010
Rua Mayrink Veiga, 9 - Centro - RJ - CEP: 20090-910
Praça Mauá, 7 - Centro - RJ - CEP: 20081-240
Tel.: +55 21 3037 3000
<http://www.inpi.gov.br>

Associações

Associação Brasileira de Comércio Exterior - ABRACEX
Alameda Joaquim Eugênio de Lima, 1467
CEP 01403-033 São Paulo - SP
Tel.: +55 11 3051 8118
E-mail: abracex@abracex.org.br | <http://www.abracex.org.br>

Associação Comercial do Rio de Janeiro (ACRJ)
Rua da Candelária, 9, 11º e 12º andar
CEP 20091-020 Rio de Janeiro - RJ
Tel.: +55 21 2263 9461 | Fax: +55 21 2291 1229
<http://www.acrio.rio/>

Associação Comercial de São Paulo (ACSP)
Rua da Boa Vista, 51 - Centro
CEP 001014-911 São Paulo - SP
Tel.: +55 11 3180 3737
E-mail: infocem@acsp.com.br | <http://www.acsp.com.br>

Associação de Comércio Exterior do Brasil - AEB
Avenida General Justo, 335 - 4.º - Centro
CEP 20021-130 Rio de Janeiro RJ
Tel.: +55 21 2544 0048 | Fax: +55 21 2544 0577
E-mail: aebbras@aeb.org.br | <http://www.aeb.org.br>

Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT
Rua Conselheiro Nebias, 1.131
Campos Eliseos
CEP 01203-002 São Paulo - SP
Tel.: +55 11 3017 3630
E-mail: atendimento.sp@abnt.org.br | <http://www.abnt.org.br>

Câmaras de Comércio Bilaterais

Federação das Câmaras Portuguesas de Comércio

Avenida da Liberdade, 602 - 2.º

CEP 01502-001 São Paulo - SP

Tel.: +55 11 3340 3333 | Fax.: +55 11 3340 3334

E-mail: secretaria.conselho@brasilportugal.org.br

Câmara Portuguesa de Comércio no Brasil - São Paulo

Avenida da Liberdade, 602 - 2.º

CEP 01502-001 São Paulo - SP

Tel.: +55 11 3340 3333 | Fax.: +55 11 3340 3334

E-mail: miguelsetas@camaraportuguesa.com.br | <http://www.camaraportuguesa.com.br>

Câmara Portuguesa de Comércio no Brasil - Brasília

SCLS 302 Bloco B Loja 22 - Asa Sul

CEP 70338-520 Brasília - DF

Tel.: +55 61 3225 6630 / +55 61 9975 3575

E-mail: diretoria@futuramoveis.com.br

Câmara Portuguesa de Comércio no Brasil - Baía

Rua Fonte do Boi, 216 - Hotel Pestana, Loja F - Rio Vermelho

CEP 41940-360 Salvador Bahia

Tel.: +55 71 3015 7948 | Fax: +55 71 3334 6047

E-mail: diretoriaba@portugalbahia.com.br | <http://www.cbpcce.org.br/ba/conteudo/4.apresentacao.html>

Câmara Brasil-Portugal no Ceará - Comércio, Indústria e Turismo

Avenida Barão de Studart, 1980 - 2.º - Edf. Casa da Indústria - FIEC

CEP 60120-901 Fortaleza - Ceará

Tel.: +55 85 3261 7423 | Fax: +55 85 3261 7423

E-mail: secretariace@cbpce.org.br | <http://www.cbpcce.org.br/ce/>

Câmara de Comércio Luso-Brasileira em Minas Gerais

Av. do Contorno, 4520 - 7º andar

Bairro Funcionários

CEP 30110-916 Belo Horizonte - MG

Tel.: +55 31 3213 1557 | Fax: +55 31 3213 1557

E-mail: presidente@camarabrasilportugal.com.br | <http://www.cbpcce.org.br/mg/>

Câmara Luso-Brasileira de Indústria, Comércio e Serviços do Pará
Travessa Quintino Bocaiúva, 1588 - Bloco A - 3º
CEP 66035-190 Belém - PA
Tel.: +55 91 3241 0265 | Fax: +55 91 3241 0265
E-mail: presidenciapa@brasilportugal.org.br | <http://www.cbpcce.org.br/pa/>

Câmara Portuguesa de Comércio no Brasil - Paraíba
Av. João Machado, nº 310, sala 102
CEP 58013-310 João Pessoa - Paraíba
E-mail: camarabrptdoestadodaparaiba@gmail.com

Câmara Portuguesa de Comércio no Brasil - Paraná
Rua Dr. Faivre, 123 - Centro - Curitiba
CEP 80060-140 Curitiba - Paraná
E-mail: camara.portuguesa.parana@gmail.com

Câmara de Comércio, Indústria e Turismo Brasil / Portugal - Pernambuco
Rua da Aurora, 1225 - 1.º - Santo Amaro
CEP 50040-090 Recife - PE
Tel.: +55 81 3223 8802 | Fax: + 55 81 8680-7292
E-mail: faleconosco.pe@brasilportugal.org.br | <http://www.cbpcce.org.br/pe/>

Câmara Portuguesa de Comércio e Indústria no Brasil - Rio de Janeiro
Avenida Graça Aranha, 1 - 6º
CEP 20030-002 Rio de Janeiro - RJ
Tel.: +55 21 2563 4178 / 2533 4189 | Fax: +55 21 2533 4189
E-mail: atendimento@camaraportuguesa-rj.com.br | <http://www.camaraportuguesa-rj.com.br/>

Câmara Brasil-Portugal do Rio Grande do Norte
Av. Rio Branco, 728. - Natal
Rua Raimundo Chaves, 2182, Sala 101, Empresarial Candelária Bairro
CEP: 59025-970 Natal - Rio Grande do Norte
Tel.: +55 84 3215 0809
E-mail: eopatricio@gmail.com | <http://www.cbpcce.org.br/rn/>

Câmara Portuguesa de Comércio no Brasil - Santa Catarina
Rua Costa e Silva, nº 65/22, Bairro Sambaqui
CP 88085-680 Florianópolis - Santa Catarina
E-mail: camarasc@brasilportugal.org.br / cristiano@brasilportugal.org.br / mauricio@brasilportugal.org.br

Câmara de Comércio Portuguesa no Brasil - Rio Grande do Sul
(coordenadas em atualização)

7. Endereços de Internet

A informação *online* aicep Portugal Global pode ser consultada no *síte* da Agência, nomeadamente, nas seguintes páginas:

- [Guia do Exportador](#)
- [Guia de Internacionalização](#)
- [Apoios Financeiros à Internacionalização](#)
- [Temas de Comércio Internacional](#)
- [Mercados Externos \(Brasil\)](#)
- [Livraria Digital](#)

Outros endereços:

- [Acordos dos quais o Brasil é Parte](#)
- [African Development Bank \(AfDB\)](#), do qual o Brasil é membro não regional
- [Agência Brasileira de Promoção de Exportação e Investimentos \(APEX\)](#)
- [Agência Nacional de Vigilância Sanitária \(ANVISA\)](#)
- [Agência Paulista de Promoção de Investimentos e Competitividade \(Investe São Paulo\) / Guia Legal para o Investidor Estrangeiro no Brasil 2014](#)
- [Asociación Latinoamericana de Integración \(ALADI\)](#)
- [Associação Brasileira de Comércio Exterior \(ABRACEX\)](#)
- [Associação Brasileira de Normas Técnicas \(ABNT\)](#)
- [Associação Comercial de São Paulo \(ACSP\)](#)
- [Associação Comercial do Rio de Janeiro \(ACRJ\)](#)

- [Associação de Comércio Exterior do Brasil \(AEB\)](#)
- [Banco Caixa Geral](#)
- [Banco Central do Brasil \(BCB\)](#)
- [Banco Nacional de Desenvolvimento Económico \(BNDES\)](#)
- [Bank for International Settlements \(BIS\)](#)
- [Câmara de Comércio e Indústria Luso-Brasileira](#)
- [Câmara de Comércio Exterior \(CAMEX\)](#)
- [Comunidad Andina](#), da qual o Brasil é membro associado
- [Comunidade dos Países de Língua Portuguesa \(CPLP\)](#)
- [Delegação da União Europeia no Brasil](#)
- [Direção-Geral de Alimentação e Veterinária \(DGAV\)](#) / [Direções de Serviços de Alimentação e Veterinária Regionais \(DSAVR\)](#)
- [Doing Business in Brazil 2016](#) / [Doing Business in Brazil – Starting a Business 2015](#) / [Doing Business in Brazil – Business Reforms 2016](#) / [Trading Across Borders in Brazil 2015 – Rio de Janeiro](#) / [Trading Across Borders in Brazil 2015 – São Paulo](#) / [Law Library](#) ([Doing Business Project – World Bank Group](#))
- [Embaixada de Portugal no Brasil](#)
- [Embaixada do Brasil em Portugal](#) / [Consulado-Geral do Brasil em Lisboa](#)
- [European External Action Service \(EEAS\) – Brasil](#) / [Trade Relations EU-MERCOSUR](#) / [About Expected Benefits of the EU-Mercosur Agreement](#)
- [European External Action Service \(EEAS\) – Brasil](#) / [Trade Relations EU-MERCOSUR](#) / [About Expected Benefits of the EU-Mercosur Agreement](#)
- [Fundação Getúlio Vargas \(FGV\)](#)
- [Guia Prático – Destacamento de Trabalhadores de Portugal para Outros Países \(Instituto da Segurança Social\)](#)
- [Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor \(IDEC\)](#)

- [Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística \(IBGE\)](#)
- [Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis \(IBAMA\)](#)
- [Instituto Brasileiro de Turismo \(EMBRATUR\)](#)
- [Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia \(INMETRO\)](#)
- [Instituto Nacional da Propriedade Industrial \(INPI\)](#)
- [Inter-American Development Bank \(IDB\)](#)
- [Invest & Export Brasil / Importar / Investir / La Inversión Extranjera en Brasil 2015 \(Guia de Investimento\) / Série How To Do Business and Invest in Brazil \(o registo e o acesso às publicações em inglês é gratuito\) – este projeto resulta de uma parceria entre o Departamento de Promoção Comercial e Investimentos do Ministério das Relações Exteriores brasileiro com a American Chamber of Commerce for Brazil](#)
- [Marcas e Patentes: Brasil \(INPI – Portugal\)](#)
- [Market Access Database \(tariffs; procedures and formalities; trade barriers; etc.\)](#)
- [Mercado Comum do Sul \(MERCOSUL\)](#)
- [Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento \(MAPA\)](#)
- [Ministério da Fazenda \(MF\)](#)
- [Ministério da Justiça e Cidadania \(MJC\)](#)
- [Ministério das Relações Exteriores \(MRE\)](#)
- [Ministério da Indústria, Comércio e Serviços \(MICS\)](#)
- [Ministério do Meio Ambiente \(MMA\)](#)
- [Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão – Compras Públicas](#)
- [Ministério do Trabalho \(MT\)](#)
- [Ministério do Turismo \(MT\)](#)

- [Novo Quadro de Apoio Portugal 2020 / Programa Operacional Competitividade e Internacionalização \(Compete 2020\)](#)
- [Organización dos Estados Americanos \(OEA\)](#)
- [Portal das Câmaras Portuguesas de Comércio no Brasil](#)
- [Portal Exame \(Revista Digital\)](#)
- [Portal Tributário](#)
- [Portal das Comunidades Portuguesas / Trabalhar no Estrangeiro \(Brasil\) / Conselhos aos Viajantes \(Brasil\)](#)
- [Portal do Governo Federal](#)
- [Portal GlobalAgriMar / Constrangimentos à Exportação, Gabinete de Planeamento, Políticas e Administração Geral \(GPP\) / Ministério da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural](#)
- [Presidência da República Federativa \(Legislação\)](#)
- [Receita Federal](#)
- [Receita Federal: Aduana / Orientação Aduaneira](#)
- [Receita Federal: Simulador do Tratamento Tributário e Administrativo das Importações](#)
- [Receita Federal: Sistema Integrado de Comércio Exterior \(SISCOMEX\)](#)
- [Rede Nacional de Informações sobre o Investimento \(RENAI\)](#)
- [Secretaria Mercado Comum do Sul \(MERCOSUL\)](#)
- [Secretaria Nacional do Consumidor do Ministério da Justiça](#)
- [Segurança Social \(Destacamento de Trabalhadores para Países com os quais foram celebrados Acordos Bilaterais / Convenções, como é o caso do Brasil\)](#)
- [Seguro de Investimento Português no Estrangeiro da COSEC / Formas de Realização de Investimento / Riscos e Coberturas / Contactos](#)
- [Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas \(SEBRAE\) – Instituição Privada](#)
- [Sistema de Análise das Informações de Comércio Exterior \(AliceWeb2\)](#)

- [Sistema de Información sobre Comercio Exterior de la Organización de los Estados Americanos \(SICE\)](#)
- [Sistema Económico Latino-americano y del Caribe \(SELA\)](#)
- [Unión de Naciones Suramericanas \(UNASUR\)](#)
- [United Nations \(UN\) / Funds, Programmes, Specialized Agencies and Others](#)
- [Visit Brasil](#)
- [World Trade Organization \(WTO\)](#)